



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO (UFCAT)  
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL – PPGH-MP**

**LUCIANA DE FREITAS SILVA**

**O RACISMO RELIGIOSO E AS VIVÊNCIAS NO ESPAÇO ESCOLAR EM CATALÃO-GO**

**CATALÃO (GO)**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO**

**INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020  
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)**  
**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES**  
**ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E**  
**DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

**1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação ou Tese?

Dissertação

2. Nome completo do autor: Luciana de Freitas Silva

Nome completo do(a) orientador(a): Ismar da Silva Costa

**3. Título do trabalho**

Título: O Racismo religioso e as Vivências no espaço escolar em Catalão-Go

**4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento: ☒ SIM ☐ NÃO<sup>1</sup>

[<sup>1</sup>] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

**O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.**

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor**



Documento assinado eletronicamente por **ISMAR DA SILVA COSTA , Orientador(a)**, em 22/08/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Freitas Silva, Usuário Externo**, em 22/08/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0228712** e o código CRC **05321957**.

LUCIANA DE FREITAS SILVA

O RACISMO RELIGIOSO E AS VIVÊNCIAS NO ESPAÇO ESCOLAR EM CATALÃO-GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Ciências Sociais, do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Mestra em História.

Área de Concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Linha de Pesquisa: Cultura, Linguagens e Ensino de História.

Orientadora: Professor Doutor Ismar da Silva Costa.

CATALÃO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Silva, Luciana de Freitas

O racismo religioso e as vivências no espaço escolar em Catalão-Go /  
Luciana de Freitas Silva. - 2025.

90 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ismar da Silva Costa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de  
História e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Catalão,  
2025.

Bibliografia.

1. Intolerância Religiosa. 2. Religiões Afro-Brasileiras. 3. Ensino de História. I.  
Costa, Ismar da Silva, orient. II. Título.

CDU 37.017.93:2-672.5(817.3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO  
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020  
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

### ATA Nº 158 DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM HISTÓRIA, A QUE SE SUBMETEU A ALUNA LUCIANA DE FREITAS SILVA, ORIENTADA PELO PROFESSOR DR. ISMAR DA SILVA COSTA.

Aos 26 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às 17 horas, na sala 08 do bloco C. da Universidade Federal de Catalão, reuniu-se a Comissão Examinadora da defesa em epígrafe indicada pela Comissão de Pós-Graduação em História do Instituto de História e Ciências Sociais, composta pelos: Presidente e Orientador Prof. Dr. Ismar da Silva Costa (PPGH-INHCS-UFCA), Professora Dr<sup>a</sup> Vera Lucia Silva Vieira, (PPGH-INHCS-UFCA), Professora Dr<sup>a</sup> Luciana Leite da Silva, (PPGH-INHCSUFCA) para analisar o trabalho da aluna Luciana de Freitas Silva, apresentado sob o título: O Racismo religioso e as Vivências no espaço escolar em Catalão-Go. O Presidente declarou abertos os trabalhos, a seguir a candidata dissertou sobre o seu trabalho e foi arguida pela Comissão Examinadora. Terminada a exposição e a arguição, a Comissão reuniu-se e deliberou pelo seguinte resultado:

[ X ] **APROVADA** [ ] **APROVADO CONDICIONALMENTE** ao atendimento das alterações sugeridas pela Comissão Examinadora especificadas no parecer anexo).

[ ] **REPROVADO** (anexar parecer circunstanciado elaborado pela Comissão Examinadora).

Proclamados os resultados aos presentes pelo Professor Dr. Ismar da Silva Costa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **ISMAR DA SILVA COSTA, Orientador(a)**, em 19/08/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VERA LUCIA SILVA VIEIRA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2025, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA LEITE DA SILVA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/08/2025, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0196492** e o código CRC **8DA025B2**.

Para minha Mãe, **Maria Iris de Freitas.**

## **Agradecimentos**

Primeiramente devo agradecer à Ancestralidade amiga e a todos os Espíritos de Luz que me ajudaram a vencer essa longa jornada.

Aos meus pais, João Batista da Silva e Maria Iris de Freitas, que não têm muito estudo, mas sempre me incentivaram a esse caminho, afirmando ser a única forma de sobreviver às desigualdades do mundo. Aos meus irmãos, Pedro de Freitas Silva e Maria Lúcia de Freitas, pelo incentivo.

No mundo muito se fala sobre empatia em olhar o outro. Ao longo do curso de mestrado, tive altos e baixos, e, em diversas vezes, desisti, mas, como diria Shakespeare; “não é o que você tem na vida, mas quem você tem na vida”, pelo menos dizem que foi ele quem falou. Cito o autor, para agradecer a você, Dr. Ismar da Silva Costa, pois, se não fosse seu apoio, sua ajuda, não estaríamos, aqui, defendendo esta dissertação. Você lembra que, um dia, eu, chorando, achando que tinha perdido tudo, e você falou que não largaria a minha mão, enquanto eu lutasse! Talvez não tenha noção de o quanto aquela fala foi importante para mim, naquele momento. Deixo, aqui, meu muito obrigada, e desculpas, pois, sei que poderia ter aproveitado muito mais da sua sabedoria.

Agradeço à contribuição das professoras, Dr. Vera Lúcia e Dr. Luciana, no desenrolar do trabalho. Às minhas amigas, Liliane Timoteo, pois sofremos juntas nesse caminho, e à Sandra, que sempre teve uma palavra de apoio.

Obrigada.

## **Epígrafe**

**Èsù Ònà**

**(Èsù dos caminhos)**

**Èsù ònà mo tire lode, Elégbára**

**(Èsù conhece o seu caminho lá fora, ele é poderoso)**

**Bara ni ìye, bi ònà oke wa o**

**(Bara é a vida, é o caminho que nos leva para o topo)**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ee5Y99ZtiZQ>

## RESUMO

Existem inúmeras formas de se obter conhecimento quanto a uma determinada religião, seja ele, por meio da família, do meio social ou das mídias em geral. Mas se faz necessário considerar que tudo em torno da Sociedade e da Religião, passam, também, pela sala de aula, durante os processos de ensino e aprendizagem. No quesito religioso, observa-se que muitas religiões passaram e passam pelos processos de esquecimento e/ou demonização na sociedade, o que reflete na vivência dos considerados excluídos do meio religioso. Nesse viés, esta pesquisa destaca, inicialmente, recortes levantados de alunos/estudantes que se classificam/consideram praticantes de religiões Afro-Brasileira (Umbanda/Candomblé). Seus relatos permitem a observação de serem vítimas evidentes de atos de intolerância religiosa, tanto no núcleo social quanto no escolar. Essas questões abordarão análises e observações durante as práticas docentes do ensino de História. Nesse intuito, este estudo objetiva entender as dificuldades eminentes nesse processo, assim como sugerir práticas que venham a amenizar os atos de preconceitos e intolerâncias, bombardeadas aos praticantes das religiões africanas. Dentre as diversas regiões e países que sofrem tais atos, nosso objeto de estudo estará voltado, etnograficamente, à região centro-oeste brasileira, na cidade de Catalão - GO. As metodologias deste estudo acontecerão por meio de entrevistas com alunos, que, em algum momento de sua trajetória escolar, sofreram atos de intolerância no âmbito escolar. A partir disso, observaremos as estruturas sociais que permeiam o imaginário religioso de nossa sociedade, assim como, também, analisaremos as leis que permeiam essa temática, além de, se elas estão ou não sendo aplicadas.

Palavras-chave: Sociedade, Religião, Ensino, História.

## **ABSTRACT**

There are countless ways to obtain knowledge about a particular religion, whether through family, social media or media in general. But it is necessary to consider that everything involving Society and Religion also passes through the classroom during the teaching and learning processes. In terms of religion, it is observed that many religions have gone through and are going through processes of forgetfulness and/or demonization in society, which reflects on the experience of those considered excluded from the religious environment. In this sense, this research initially highlights samples collected from students who classify themselves as practitioners of Afro-Brazilian religions (Umbanda/Candomblé). Their reports allow us to observe that they are clear victims of acts of religious intolerance, both in the social and school sectors. These questions will address analyzes and observations during History teaching practices. To this end, this study aims to understand the imminent difficulties in this process, as well as to suggest practices that will alleviate the acts of prejudice and intolerance bombarded by practitioners of African religions. Among the various regions and countries that suffer such acts, our object of study will be focused, ethnographically, on the central-western region of Brazil, in the city of Catalão - GO. The methodologies of this study will be carried out through interviews with students, who at some point in their school career, suffered acts of intolerance at school. From this, we will observe the social structures that permeate the religious imagination of our society, as well as analyze the laws that permeate this topic, as well as whether or not they are being applied.

Keywords: Society, Religion, Teaching, History.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                                                                     | 09 |
| 1. RELIGIÃO E FÉ – VERTENTES INFLUENCIADORAS DE PRECONCEITO.....                                                                                                    | 15 |
| 1.2. A noção de Medo frente às manifestações religiosas .....                                                                                                       | 24 |
| 2. PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DE MUNDO ESPIRITUAL...                                                                                                       | 33 |
| 2.1. Passado mais que presente: contextualizando a sala de aula e suas vozes .....                                                                                  | 41 |
| 3. MITOS COMO CONTRIBUINTES NA CONSTRUÇÃO DO MEDO.....                                                                                                              | 44 |
| 3.1. (Des) Construção dos mitos.....                                                                                                                                | 44 |
| 3.2. Mito e criações em uma abordagem cristã/religiosa.....                                                                                                         | 46 |
| 3.3. Mitos e Lendas na construção do imaginário e da identidade.....                                                                                                | 49 |
| 3.4. Mito na atualidade.....                                                                                                                                        | 52 |
| 3.5. O medo como constituinte de controle sociocultural.....                                                                                                        | 54 |
| 4. EDUCAÇÃO E APAGAMENTO HISTÓRICO.....                                                                                                                             | 57 |
| 4.1. Intolerância e Racismo religioso e seu amparo legal (in) visível.....                                                                                          | 59 |
| 4.2. Processo de Ensino de História e apagamento.....                                                                                                               | 61 |
| 5. ESTUDO DE CASO.....                                                                                                                                              | 66 |
| Caso I: Racismo Religioso e Racismo Estrutural – recorrentes em Instituições – Intolerância e Preconceito Religioso: vertentes oriundas de ataques e violência..... | 66 |
| Caso II: Racismo Religioso através do olhar do Racismo Recreativo.....                                                                                              | 75 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                                                                                        | 82 |
| 7. REFERÊNCIAS.....                                                                                                                                                 | 84 |

## INTRODUÇÃO

Quem nunca encontrou um *despacho* em porta de cemitérios?  
 Todos têm um santo de devoção.  
 Nossa Senhora Aparecida é a padroeira do Brasil.  
 Iemanjá é a rainha do mar.  
 O mundo pára no Natal.  
*O sagrado está entre nós.*

Carmen Cinira Macedo

O Brasil é um país repleto de diversidades culturais e religiosas, oriundas dos mais variados lugares do mundo, apesar de ser um país laico. Laicidade esta que nem sempre foi/é respeitada no meio social, pois houve/há uma intolerância voltada aos praticantes de fé, que não estão voltadas ao monoteísmo, dentre elas, as afrodescendentes.

Ao considerar essa afirmativa, vale salientar alguns fatores e acontecimentos que estão relacionados às religiões africanas. Elas chegaram ao Brasil, por meio de um processo exploratório, no qual homens e mulheres negros e negras eram forçados a saírem de seu país de origem, em embarcações, com destino ao território, que, mais tarde, seria transformado em Brasil. Devido a esse fator, hoje, há uma ampla variedade de transformações socioculturais, estas que, um dia, também, foram, em sua maioria, tribais nos seus cenários de origem, a África. Todos os escravizados eram poucos reconhecidos por parte dos colonizadores, e foram, por séculos, aprisionados, juntamente com suas famílias. Tudo isso, após serem furtados de suas tribos, para trabalharem como escravos, no território americano, em específico, no Brasil.

Juntamente com os negros escravizados, vieram suas tradições culturais, já autóctones, ou mescladas de seus cultos tribais, – que eram praticados em sigilo, – pois eram perseguidos por seus atos de fé, com muita intensidade. E, mesmo em meio as perseguições, esses atos sobreviveram ao longo do tempo, se difundindo por todo o país, e se encontrando presentes em dias atuais. Assim, da mesma forma que as culturas de matrizes africanas percorreram os séculos, ainda há a persistência nas perseguições, bem como exacerbados preconceitos dentro da sociedade contemporânea.

Ao observamos o Brasil como um espaço dinâmico de religiões, visivelmente, se percebe um espaço em branco no começo da civilização. Os povos originários brasileiros, ou seja, os povos indígenas, possuíam sua própria cultura e atos específicos de fé. Como sua cultura religiosa, – politeísta, – diferenciava-se das dos europeus, – monoteísta, – não

foi aceita pelos colonizadores. Dessa forma, os colonos introduziram aos nativos, a sua doutrina religiosa, como forma de domínio e poder.

Essas ações podem ter colaborado com o apagamento de uma determinada cultura, assim como ter refletido e perpetuado consequências ao longo dos séculos de história. Da mesma forma, essas ações também foram utilizadas com os negros escravizados, por não aceitarem a cultura religiosa dos afrodescendentes, que, também, era politeísta.

Ao se pensar no indivíduo e sua religião, observa-se que cada vivente carrega uma carga diferente em relação ao passado. Mendonça (2004, p. 35) expõe que “cada tipo de hierofania, entendida esta como a irrupção do sagrado, cada uma ao seu modo, permite uma dada e diferente aproximação do sagrado”. A hierofania, - as manifestações do sagrado -, com poucas exceções, é vista como um epifenômeno, que se apresenta a um indivíduo e constitui nele uma experiência fundante ou transformadora, ou mesmo, mantenedora de uma forma religiosa.

O estudo da história das religiões se dá ao longo dos tempos, buscando, nos fatos religiosos, a diversidade de um povo, assim como as suas manifestações. Gomes (2002, p. 14) aborda que o vocábulo “ ‘religião’ adquire as mais variadas significações em conformidade com as culturas e mentalidades nas quais se desenvolve qualquer tentativa , pois, de todo impossível fora das formas concretas em que historicamente se manifestou ou evoluiu.”. Nesta perspectiva, nota-se o quão pode ser difícil definir o termo religião, devido às concretudes históricas, bem como à evolução de suas manifestações.

O presente estudo não pretende achar um termo específico para a definição de religião, mas sim, propõe a análise de um assunto bastante controverso, pautado na intolerância e no racismo religioso, presente nos discursos dos integrantes das mais diversas religiões, assim como, na visão da sociedade, que observam com maus olhos, as expressões de fé das religiões afrodescendentes, em território brasileiro, em específico, no Candomblé e na Umbanda.

Nessa perspectiva, será feito uma análise reflexiva, nas diversas vozes da sociedade, e no âmbito escolar, que trará à luz os preconceitos inconscientes que foram e são disseminados durante séculos até a contemporaneidade. Entretanto, apresentaremos as aberturas fundamentadas por Leis, como a 10.639/2003, que rege o processo de ensino-aprendizado, apontando a necessidade de se trabalhar as manifestações de matriz africanas, em sala de aula, no intuito de minimizar os atos recorrentes de intolerância e racismo religioso.

Como professora vinculada à rede privada de educação, na cidade de Catalão, Goiás, e praticante da fé afrodescendente, – Candomblé e Umbanda, – desde a infância, fui levada a observar, nas atitudes de alunos, e, também, de todo o corpo docente, atos intolerantes, – por medo ou por total desconhecimento, – durante abordagens de temas vinculados a essas manifestações religiosas.

É comum que esses temas religiosos sejam vistos como ponto de atenção, mas o que me despertou como docente/praticante, e, mais tarde, Pesquisadora do Curso de História, foram as controvérsias enraizadas nas formas de se enxergar esses atos de fé.

Com isso, surge as seguintes indagações: Até que ponto o conhecimento do senso comum e o medo colaboram na disseminação de preconceito e intolerância religiosa, e consequentemente, com as relações entre medo e demonização, impostas pelas religiões monoteístas? Cultuar religiões diferentes das impostas pela sociedade possibilita os atos de preconceitos, ataques e violência, até mesmo, no âmbito escolar? Há aberturas nas políticas públicas, relacionadas às questões religiosas afrodescendentes, que fomentam a minimização de atos de preconceito e intolerância no espaço educacional? Essas e outras questões podem se relacionar com o apagamento dessas culturas, que foram tão importantes para a formação do nosso país? Seria possível resolver todas essas questões e construir um futuro mais digno e sem violência a esses praticantes?

Sabemos que há muito mais dúvidas que, necessariamente, ações que possibilitem a sanar todos os questionamentos supracitados, mas tenho, no meu objeto de estudo, um ponto de partida, para minimizar todos esses preconceitos enraizados na memória social, assim como contribuir para maiores conhecimentos a essa história, que veio sendo apagada ao longo dos séculos.

Para fundamentar a minha pesquisa, recorro às minhas lembranças. Em exemplos de medo, não deixaria de comentar as orientações repassadas a mim, dentro do núcleo familiar, sobre como deveria me portar nos ambientes onde se praticava esses ritos de fé. Meus pais me levavam até os terreiros, local onde sempre me senti segura, ao contrário de outros ambientes, como na escola, por exemplo, onde as demais crianças me recriminariam, se soubessem da minha religião. O medo que sentia era sim, do comportamento dos outros, e não da religião.

Recentemente passei por tal experiência, em sala de aula. Os alunos questionaram qual a religião que eu praticava, e eu não queria entrar nesse embate, por já deduzir o que aconteceria. Mas, após grandes insistências por parte dos alunos, respondi que era praticante do Candomblé, e todos ficaram estagnados. Visivelmente percebi o desespero

em cada olhar, assim como houve reprodução de falas equivocadas, e, até mesmo, com traços de ódio. Isso me incomodou muito, tanto como Professora Historiadora quanto candomblecista. Esse assunto já me perturbava, mas tais ações fizeram com que eu tivesse a convicção de que os alunos são pouco instruídos e não possuem nenhum conhecimento relacionado às religiões afrodescendentes.

Percebendo tamanho desinformação da parte dos alunos, vi a necessidade de se falar sobre essa temática, assim como também é importante entender porque é tão difícil a aceitação a essas religiões. E, mais ainda, como se faz necessário que essas religiões saiam do silêncio.

Outro fator contribuinte para o *corpus* desta pesquisa, foi de, além das dúvidas e falta de conhecimento por parte dos alunos, eles acreditavam que essas religiões eram oriundas de demonização. Além disso, tive relatos de alunos da rede pública estadual, que sofreram atos de intolerância após terem passado por rituais de iniciação à religião. Esses alunos, que tiveram os seus cabelos raspados nesse rito, e, quando foram para a escola, foram alvo de zombaria por parte dos alunos, e por parte dos professores, houve negligência e punição, deixando uma das meninas sem recreio, durante uma semana.

Nesse viés, percebe-se que, no meio social, a religião é uma forma de moral e valores, assim como afirma Giumbelly (2004), ao dizer que, muitas vezes, se viu na religião a fonte de uma moralidade social e economicamente útil. Assim, também, foi encontrado nela um apoio e um sustento para uma ordem, cujos fundamentos estavam em outro lugar. Isso possibilita observar uma falha que exclui ou seleciona a religião que deve ser aceita pela sociedade, e que, durante séculos, foi rejeitada, e muito pouco se sabe, mesmo sendo um dos pilares de sustentação da sociedade originária brasileira.

Provavelmente o que poderia justificar essas ações, por parte de pessoas não praticantes destas religiões, pode ser o medo. Pois esse é o colaborador para atitudes (in) conscientes do ser humano, e, nesse contexto, ele se torna como consequência, visto que nossa história foi criada a partir da associação entre cristianismo e colonização, o que repercutiu nos ordenamentos jurídicos e nos direitos civis, pois Estado e Igreja eram um viés de mão única, ou seja, tinham as mesmas intenções.

Nesse proposto, sabe-se que, em uma determinada parcela da população, é perceptível a existência de uma preocupação para com o que se entende ou espera quanto ao destino de sua alma, após a efetiva morte do corpo, ou seja, a relação para com a salvação da alma após a morte. Júnia (2017) nos fala que o que leva uma religião se tornar submissa de outra, ou que um viés religioso é melhor que a outro, é a dificuldade da

aceitação, principalmente, quando se refere às religiões de matriz africana, mesmo com o mundo moderno mostrando uma abertura para a novas formas de pensamento.

Infelizmente, essas lástimas ocorrem na atualidade, sendo cada vez mais comum acompanhar em noticiários e em reportagem os recorrentes ataques voltados por conta do racismo religioso. Juntamente com as ações do medo, podemos acompanhar pelos noticiários de dois mil e vinte e um, no qual vários terreiros (Ilê's) de matrizes africanas e umbandistas, foram atacados e depredados por neopentecostais, religião que vem ganhando grande força em todo o território.

Segundo Rusen (p. 132) “O sentido histórico só é articulável numa relação mútua aberta, na qual a vida pratica dependa de orientação histórica”. E que, mesmo inconsciente, reflete na realidade do âmbito escolar, onde permeia um senso comum social sobre as religiões afro.

Nessa perspectiva buscaremos uma ligação entre sala de aula e casos de intolerância religiosa, assim como a utilização de leis educacionais para a abertura de diálogos, dentre elas, a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares do Brasil, e a inclusão dessas temáticas, no currículo oficial da rede de ensino e utilização do inciso VI do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, estabelece que a liberdade de consciência e de crença é inviolável, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, assim como a proteção aos locais de cultos e suas liturgias.

Tudo isso, com o objetivo de, por meio dessas ações, promover a igualdade racial, a inclusão social, combater o racismo e a discriminação pelos atos de fé. E, também, de minimizar ataques agressivos ou ideológicos de preconceito religioso na sociedade atual, levando assim, ao conhecimento dos alunos, para que, em longo prazo, essas ações sejam inviáveis na sociedade.

Nosso trabalho estará dividido em quatro capítulos que seguirão na seguinte proporção:

No Primeiro capítulo, tentaremos abordar como o indivíduo e a sociedade são influenciados a exercerem práticas de preconceitos e/ou violência, referente a determinadas práticas religiosas, em especial, às afrodescendentes. Talvez isso ocorra a partir de conhecimentos enraizados na cultura social de um povo, que são repassados por muitos séculos, e que se refletem na atualidade.

O segundo capítulo abordará como o âmbito educacional é de fundamental importância para o desenvolvimento psicossocial do ser humano, notando que as suas

transformações e comportamentos futuros serão frutos de aprendizados vivenciados dentro e fora da sala de aula. Além de tentar deixar em evidência, como essas vozes e experiências de aprendizado, vividos em sala de aula, servirão como reflexo de diversas atitudes e comportamentos das pessoas.

No terceiro tentaremos explicar o que originou o mito como fomentador do medo e suas contribuições para o surgimento do medo. Mas seria apenas essa a sua origem, ou poderia o monoteísmo ser um influenciador de construções didático-religiosas, criando imagens de céu, inferno, assim como a representação do diabo e do inferno no imaginário do ser humano e na sociedade.

Já, no quarto capítulo, será feita uma retomada histórica com o intuito de entender os caminhos que o ensino de história percorreu para chegar ao apagamento histórico de algumas figuras que se fazem muito necessárias. Como também entender o que impede que as leis realmente venham a ser executadas em sala, assim, propondo um material que auxilie o aluno a entender um pouco sobre as religiões afro-brasileiras. E, nesse intuito, evidenciar que o apagamento histórico de toda a cultura afro, foi e vem sendo um processo de articulações sociais, políticas e educacionais, vez que toda a prioridade dos fatores, e, principalmente, de suas influências, se pauta em uma cultura estigmatizada e eurocêntrica.

Em sequência, nos estudos de casos, abordaremos ações evidenciadas em práticas de racismo religioso e estrutural, os quais ainda são evidentes em instituições educacionais, e, também, como o racismo religioso se materializa, por meio do racismo recreativo. Esses que se concretizam em ações e ataques de violência aos grupos que manifestam a fé afrodescendente. Fundamentaremos nosso estudo com reportagens e entrevistas que concretizam essas ações, assim como vamos sugerir atividades práticas educacionais que minimizarão essas ações de intolerâncias, visto que, quanto mais cedo essas questões forem introduzidas, maior será a chance de se ter indivíduos com essas atitudes.

## CAPÍTULO 1

### Religião e Fé – Vertentes influenciadoras de preconceito

A humanidade, desde o início da história, sempre tenta explicar a sua existência e também os fenômenos que a cerca. Mas essa é uma tarefa árdua, visto que nem tudo pode ser explicado. Uma das questões que sempre são retomadas para uma conceituação racional, são as práticas de fé, estas que são expostas a várias interpretações, principalmente, no contexto sociocultural, em que essas práticas estão inseridas.

Essas questões mencionadas ainda causam dúvidas no ser humano, sobretudo, no que está relacionado a sua religiosidade e fé. Dentre as dúvidas mais comuns, estão: a falta de conhecimento em relação às religiões, os tabus religiosos, as discriminações, e até mesmo, as violências infundadas, que as pessoas sofrem por exercerem determinada fé.

Nessa temática, tentaremos discorrer sobre como o indivíduo e a sociedade são influenciados a exercerem práticas de preconceitos e/ou violência, referente a determinadas práticas religiosas, em especial, às afrodescendentes. Isso ocorre a partir de conhecimentos enraizados na cultura social de um povo, que são repassados por muitos séculos, e que se refletem na atualidade.

Em um contexto atual, poderemos utilizar, como exemplo, o livro do bispo Edir Macedo, *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*, citado na obra de Nogueira (2020), na qual o bispo apresenta uma evidente discriminação religiosa, assim como a condenação às práticas de origens africanas.

Segundo Nogueira,

[...] o excerto e todo o livro apresentam-se preenchidos semanticamente de boa intenção. O mote é a salvação cristã, e obviamente o bispo e sua igreja se colocam na posição de heróis salvadores. As verdades únicas, ao longo da história, têm servido para dizer o que separa o certo do errado, julgar e condenar, e o livro é uma evidente condenação racista de todas as práticas de origem africana no Brasil. (Nogueira, 2020, p. 23)

Nessa linha de raciocínio, Nogueira (2020, p. 23) ainda relata que, no livro do bispo, os seus sacerdotes “precisam, apesar de bem-intencionados, de **esclarecimento** e

de **instrução**”, e, ainda, que “se Deus não **levantasse** alguém que lhes dissessem a verdade, ainda seriam pais e mães de santo”

As palavras “instrução, “esclarecimento” e “levantasse” remetem a uma necessidade de higienização das coisas pretas. *Instrução* se opõe a ausência de conhecimento e a amadorismo, ausência de formação, de escola – certamente a escola europeia. *Esclarecimento*, como diz a própria unidade lexical, quer clarear a atuação de pais e mães de santos dedicados às práticas escuras, pretas, denegridas. E quando o autor na condição de representante legal de um Deus único – o Deus dele, forjado por ele e para servir suas intenções -, diz que seu Deus *levantou* alguém para que dissesse a verdade aos mentirosos e aos que estão abaixados, assume um discurso etnocêntrico e marcado por autoritarismo e racismo. (Nogueira, 2020, p. 23)

Esse jogo lexical de palavras, utilizadas no livro de Macedo, evidencia o autoritarismo das práticas monoteístas, assim como seu racismo e preconceito, visto que o bispo se coloca como um ser levantado por Deus, para levar a verdade aos que mentem, assim como instruir aqueles que apresentam ausência de formação básica, ou seja, a formação escolar.

Assim, todos os que não concordam com as práticas de fé de origem africanas acreditam que podem instruir àqueles que a praticam, agindo como os “bem-intencionados”.

O tom é, a um só tempo, racista, etnocêntrico e arrogante. Alguém de fora da nossa realidade, alguém que não concorda com nossas práticas, alguém que embora nos veja como bem-intencionados, decide nos instruir porque nos falta instrução. [...] Aquele que segura a chibata assume o papel do nosso educador e cabe a ele, em nome de um deus também criado por ele, fazer com que vejamos a verdade “dele”. (Nogueira, 2020, p. 24)

Seguindo esse raciocínio, Santos (2015) assinala que, durante a colonização do Brasil, e ao longo de seu processo de escravização dos povos nativos, ocorreu a privação de seus valores e práticas socioculturais, e, junto a isso, a tentativa de substituir suas crenças politeístas (pagã) pelo monoteísmo do cristianismo. Essa filosofia cristã tinha o intuito de moldar tanto o indivíduo quanto a sua forma organizacional no mundo.

Em um plano individual, os pindorâmicos – nome utilizado pelo autor, no intuito de contestar a denominação forjada pelos colonizadores, que todos generalizam como índios, eram denominados como inferiores, sem alma, sem costumes, e, culturalmente, como selvagens. Enquanto que, de forma coletiva, as identidades individuais dialogam, o que possibilita a percepção de como esses povos tiveram suas individualidades atacadas.

[...]. Se a identidade coletiva se constitui em diálogo com as identidades individuais e respectivamente pelos seus valores, não é preciso muita genialidade para compreender como as identidades coletivas desses povos foram historicamente atacadas.

No entanto, na perspectiva da resistência cultural, essas identidades vêm sendo ressignificadas como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra povos afro-pindorâmicos e os seus descendentes. (Santos, 2015, p. 38)

O autor ainda faz um “comparativo entre as matrizes culturais dos colonizadores e as matrizes culturais dos contra colonizadores”, começando pelas bases religiosas. Assim, desenvolveram sua forma subjetiva de ver o mundo, a partir dessa religiosidade, e “é a partir dessa cosmovisão que constroem as suas várias maneiras de viver, ver e sentir a vida” (SANTOS, 2015, p. 38).

Nessa perspectiva, tentaremos colocar em evidência como essas atitudes geram medos por parte dos praticantes da fé politeísta, levando-os a camuflarem suas práticas ou não exporem que praticam determinados atos de fé.

A partir disso, tentaremos explicitar como as práticas afro-brasileiras adentraram o Brasil, qual a sua importância no processo de colonização, e por qual motivo elas são vistas associadas ao demônio, fator para a fertilização do preconceito religioso e do medo.

A organização das religiões negras no Brasil deu-se bastante recentes. Uma vez que as últimas levas de africanos nos trazidos para o Novo Mundo durante o período final das escravidão (últimas décadas do século 19) foram fixadas sobretudo na cidades e em ocupações urbanas, os africanos deste período puderam viver no Brasil em maior contato com os outros, físico e socialmente, com maior mobilidade e, de certo modo, liberdade de movimentos, num no processo de interação que não começaram antes. Este fato propiciou condições sociais favoráveis para a sobrevivência de algumas religiões africanas com a formação de grupos de cultos organizados. (Prandi, 1996, p. 12)

Religião e fé, - forças motoras humanas -, por mais que sejam inseparáveis, possuem uma singularidade entre si, pois a religião é algo coletivo, ou seja, podendo ser uma instituição física composta de diversas pessoas com práticas de cultos específicos. Já a fé é algo individual, relacionada a experiências pessoais ou herdada de uma determinada cultura, mas não necessariamente herança de um contexto religioso.

Como nos aponta Geertz (2022, p. 69), “... o comportamento humano é tão frouxamente determinado por fontes de informações intrínseca, as fontes extrínsecas passam a ser vital...”, que afeta o homem, influenciando no seu modo de agir.

Em síntese, para se entender, como são exercidas as práticas de fé, como surgem os preconceitos e a não aceitação por determinadas práticas religiosas, não se pode desconsiderar os conhecimentos que são repassados de geração a geração, a partir de narrativas orais do senso comum, haja vista que essas são, também, formas de transmissões de conhecimentos muito importante, podendo interferir no comportamento e na forma de pensar do homem contemporâneo.

Além disso, as criações de novas doutrinas cristãs, assim como a edificação de novas igrejas, contribuíram para as perseguições se agravarem ao longo dos tempos, aumentando as ações preconceituosas referentes aos praticantes da fé africana.

Desde 1977, quando a primeira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada no Rio de Janeiro, a perseguição às tradições de origem preta – Umbanda, Quimbanda, Candomblé e afins – se agravou e, como vemos ao longo desta obra, criou uma espécie de espetáculo violento contra tudo que, aparentemente, for identitária, filosófica, liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil. (Nogueira, 2020, p. 25)

Diante de tais fatos e ações que percorrem os séculos, torna-se, cada vez mais evidente, as práticas de preconceito e intolerância, uma vez que esse perfil identitário vai sendo moldado a partir de uma perspectiva sociocultural, e, até mesmo, repassados pelo senso comum.

Entretanto, pode-se dizer que o termo senso comum seria a junção de crenças e conhecimentos aceitos como verdadeiros por um grupo social, ou seja, é um conhecimento popular caracterizado: pela observação e repetição; passado de geração para geração; é movido pela opinião; está atrelado à cultura; tem uma forma de pensamento superficial; não foi testado metodicamente, e está presente no cotidiano. E, por esse tipo de conhecimento ser um movimento de repetição cultural, pode ser validado ou não.

Dessa forma, valores e cultura são questões que deveriam ser repensadas, visto que a internalização e naturalização dos conhecimentos populares e sociais permeia a sociedade. Assim Velho afirma:

Na verdade, a própria relação com os valores e a cultura deveria ser então repensada, exorcizando imagem de interno/externo, pertencimento/não pertencimento, que dificultam a compreensão de um *continuum* de possibilidades que vai desde a plena internalização e naturalização de valores e cultura até sua retomada como ponto de referência relativo. (Velho, 1995, p. 127)

Outro fator que, também, é de suma importância para se explicar determinados fenômenos é a ciência. Por esse motivo, os conhecimentos orais repassados não podem ser observados de forma confiável, tal como a ciência é, pois, aqueles não se embasam em testes comprobatórios. Contudo, isso não significa que esses conhecimentos empíricos estejam equivocados, do contrário, são relevantes em contextos socioculturais diversificados, pois, os “[...] contextos socioculturais diferentes permitem comunidades diversas experimentarem vivências únicas, formularem suas visões de mundo, e a partir destas, desenvolverem maneiras de viver.” (Rios, E. R. G. et al, 2007, p. 502)

Segundo Paty (2003, p. 9 - 10), “não podemos conceber a compreensão ou a comunicação sem fazer referência ao senso comum”, pois este é um campo fecundo ao entendimento humano e suas ações. “Porém, por outro lado, não existe possibilidade de aparecimento de novos conhecimentos de uma certa importância, sem ultrapassar o senso comum e, portanto, sem romper com ele”, o que evidencia que nenhum tipo de saber ou conhecimento surge sem passar inicialmente pelo senso comum. Ademais, a germinação de novos conhecimentos só fluirá a partir do abandono de ideias evidentes e concebidas anteriormente, “em nome do senso comum”. “Uma vez assimiladas e plenamente compreensíveis, tais ideias passam a ser ensinadas e até divulgadas, atingindo um grande público, e, simultaneamente, servem de base para se avançar na direção de outros conhecimentos ainda mais inovadores”. É o que acontece, por exemplo, com a matemática, física e biologia. “Desse modo, o senso comum é enriquecido pela assimilação dos conhecimentos científicos e, de maneira geral, pela experiência humana”.

Esse senso comum, aqui, apresentado, foi, também, por mim absorvido, tendo servido para utilizá-lo como exemplo, confirmando que eles são ensinados e repassados, a fim de constituírem o fundamento para determinadas ações. Nessa acepção, adiante, relatarei experiências de quando criança.

Durante minha infância, meus pais eram praticantes da Umbanda, e, quando frequentávamos o terreiro, para mim, todos os ritos religiosos que, ali, se exerciam, não me causavam inquietações, pelo contrário, aquele era o meu lugar seguro. Mas tenho fixado em minhas lembranças os ensinamentos repassados por minha mãe, ao dizer que, por mais que nosso ato religioso não fosse algo que fazíamos de errado, quando eu fosse para outros lugares, não era para que eu falasse nada do que eu via lá. E, se perguntassem qual a minha religião, era para eu dizer que era a católica.

A atitude de minha mãe,[dv] nada mais era que a necessidade de me proteger, por medo de ataques e/ou preconceitos que se perpetuam com o passar dos tempos. Esse conhecimento de minha mãe foi enraizado aos meus conhecimentos, e, conforme ela me instruíra, eu a obedecia, pois já conhecia os danos que eu sofreria, ao assumir uma religião fora dos padrões comuns do monoteísmo.

Assim, percebe-se que as ações de discriminação e preconceito se fundam para legitimar as exclusões raciais, uma vez que o branco não tem o interesse de ser comparado/confrontado com o negro.

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: [...] – o *sujeito negro* torna-se então aquilo que o *sujeito branco* não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. (Kilomba, 2019, p. 34)

Entretanto, a esse respeito, Paty expõe que, “na expressão ‘senso comum’, a palavra ‘senso’ se refere a uma espécie de síntese instintiva (mas também intuitiva) imediata, enquanto o termo ‘comum’ indica o carácter ordinário, difundido, provavelmente generalizado, desta faculdade” (Paty, 2003, p. 10), mas esses termos apresentam uma ambiguidade, além de uma diversidade de acepções possíveis, isso evidenciado nas mais diversas utilizações em diferentes períodos.

O que, para alguns, equipara-se a uma “opinião comum”, que está relacionada com a cultura de uma civilização específica, embebida de fantasia e de pensamentos tradicionais ou preconceituosos, se opondo “à razão crítica e ao espírito científico”. Para outros, “seria um fundo de noções e de aptidões necessárias ao exercício da capacidade de julgar partilhado por todos os homens, inscrito por toda a eternidade na natureza humana, que constituiria a base inalterável de todo pensamento racional e, portanto, de toda ciência” (Paty, 2003, p. 9 - 10).

A aceitação do termo e sua utilização foi variada com o tempo, utilizada, ora como alicerce nos julgamentos racionais, ora como equívocos constituintes de barreiras em relação ao pensamento científico. E, ainda, há expressões familiares que são bastante utilizadas em dias atuais, que indicam uma aceitação subtendida do que seria o senso comum. Dessa forma o autor ainda expõe que:

Precisamente por isso, tais expressões não suprimem a ambiguidade da noção, que lhe parece ser inerente: mesmo ao enfatizar a referência à razão, elas implicam a ideia de um julgamento médio adaptado à vida prática e social, que

se deve tanto ao hábito quanto à opinião e às convenções. Ela também supõe que a razão que deve guiar o julgamento é a de que dispomos, nutrida dos conhecimentos admitidos. (Paty, 2003, p. 11)

Paty ainda indaga sobre a garantia de essa “razão prática” ser o bastante para a obtenção de novos conhecimentos, ao afirmar que:

As próprias ciências e suas respectivas histórias fornecem-nos, por duas razões, dados preciosos de apreciação. Em primeiro lugar, a ciência, enquanto o conjunto dos conhecimentos científicos, que também compreende a evolução desses conhecimentos, constitui um fato inegável (um fato histórico, cultural, antropológico), com seus resultados verificáveis, por um lado, nas aplicações ao mundo real e, por outro, na unidade do pensamento conferida por ela (unidade parcial, mas em contínuo progresso). Essa unidade inclui a consciência da unidade da matéria e do mundo (a mesma matéria do cosmo, dos átomos, das formas orgânicas etc). A segunda razão é que o conhecimento científico colocar-se, mais explicitamente que outras formas de pensamento humano, a questão de sua própria certeza: ele pratica, metodicamente, a crítica permanente dos conhecimentos anteriores e se interroga sobre sua legitimidade, o que implica, por sua vez, questionar a legitimidade dessa própria legitimidade. As ciências nos oferecem um terreno fértil para compreender como a compreensão é possível, e como uma tal possibilidade se deve às transformações do próprio senso comum. (Paty, 2003, p. 10 – 11)

Constata-se, então, que, antes de recorrer ao conhecimento científico, o senso comum, absorvido de forma reflexiva, é capaz de tecer a sua característica de transformação. E a característica do pensamento científico, em alguns momentos, se transforma radicalmente “das noções e aproximações do senso comum” (Paty, 2003, p. 12).

O senso comum se transforma a partir do momento em que nos dispusermos a entender, explicar e questionar suas significações, de forma crítica, opondo-se à forma como ele é usualmente concebido.

A transformação do senso comum ocorre desde que nos propomos a compreender as formulações verbais da linguagem, os pensamentos e as ações da vida corrente. Compreender, isto é, explicitar e interrogar suas significações, o que passa necessariamente pela crítica do que é, no princípio, dado como evidente porque comum (comumente concebido). Tal é o primeiro sentido da filosofia e de suas contínuas interrogações. (Paty, 2003, p. 12)

Como o exemplo utilizado anteriormente (dos conhecimentos repassados por meus pais na minha infância), quando minha mãe orientou a não comentar sobre nossa religião, e, se perguntassem, dizer que praticávamos o monoteísmo, eu não entendia muito o motivo naquele momento. Mas, hoje, já adulta, e entendedora das mais diversas vertentes e dos mais complexos olhares voltados às religiões de matriz africana, entendo

o receio e/ou medo de nos expormos socialmente, pela não aceitação dessas religiões, que ainda se evidencia em dias atuais.

No mesmo viés, Velho (1995) explicita que o senso comum tem seu valor e não consegue por si só explicar as situações mais complexas da vida social, e que, para isso, se respalda na sabedoria.

O senso comum, por si, não daria conta das manifestações mais amplas e complexas da vida social, que se enquadram nos termos deste com sucesso apenas relativo; tais manifestações só encontrariam respaldo em certa sabedoria, mesmo que não doutrinariamente sistematizada e sim, [...], aprisionada na ação. (Velho, 1995, p. 125)

E, de acordo com Paty, todo indivíduo dotado de bom senso e boa vontade, faz uso do senso comum, porque

[...] o senso comum não se opõe ao conhecimento científico, já que, ao contrário, é graças a essa capacidade que seus leitores ou ouvintes podem começar a compreender o que ignoravam. Eles somente precisam apurar seu senso comum, desembaraça-lo dos preconceitos, submeter as ideias ao criativo da dúvida e da crítica, [...]. O senso comum não só resulta mais apurado desses exercícios como, ao mesmo tempo, ele se nutre dos novos conhecimentos que lhe parecem doravante evidentes, aumentando assim a potencialidade de sua razão, cujo campo se amplifica e cujas experiências são aprofundadas. Mais profundamente ainda que o senso comum, é a própria racionalidade que se amplia. (Paty, 2003, p. 16)

A partir dessa afirmativa, evidencia-se que o senso comum não é contrário às ciências, ao contrário, ele se alimenta dos novos saberes, e potencializa, amplia e aprofunda os pensamentos racionais. Ele poderia ser reconhecido como a “capacidade universal” de percepção.

Dessa forma, o senso comum também pode colaborar para o progresso da ciência:

O senso comum contribui para que a ciência progrida a partir de dificuldades que emergem no dia-a-dia das pessoas. Poderíamos elencar várias situações problemas vividas em contextos sociais que exigem da comunidade científica a necessidade de pesquisar, de aprofundar interpretações dos achados e propor soluções ou indicar caminhos para as dificuldades enfrentadas pela população [...]. (Rios, E. R. G. et al, 2007, p. 502)

Então, é, nesse viés, de ultrapassar as dificuldades e preconceitos no dia a dia dos praticantes de religiões afrodescendentes, que utilizaremos, tanto do senso comum quanto da ciência, – e de suas complementações, – para tentar amenizar em futuro bem próximo, todos os atos de intolerância e racismo religioso.

Além disso, as experiências vividas por cada comunidade auxiliam na resolução de seus próprios problemas, através de diversas opções, e “assim, as pessoas são capazes de produzir saberes, organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade e, dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para seu questionamento científico” (Rios, E. R. G. et al, 2007, p. 503).

Notadamente, esses saberes são extremamente importantes na humanidade, visto que é a partir deles que se constroem novos conhecimentos, entre o senso comum, ciência. Fé religiosa, religião e sala de aula.

Reconhecemos a utilidade da ciência para esclarecer aspectos problemáticos suscitados pelo senso comum, ou seja, para responder sob os cânones científicos aos seus questionamentos, bem como garantir a cientificidade das respostas produzidas por aqueles problemas. (Rios, E. R. G. et al, 2007, p. 503)

Embora o saber científico se faça do conhecimento comum, muitas vezes, a ciência adota uma taxonomia de difícil compreensão, e, conseqüentemente, dificultando o diálogo entre os dois saberes. Para solução dessa complexidade, a criação de termos singulares aos dois saberes poderia contribuir ainda mais com esse conhecimento. “Cremos que a criação de metáforas simplifique os termos existentes ou traduza-os, quando necessário, para a linguagem nativa, a fim de que a comunidade trabalhada seja beneficiada com o avanço científico”. (Rios, E. R. G. et al, 2007, p. 503)

Assim, nota-se que o senso comum é algo que ainda está longe de ser definido ou explicitado, ou seja, conceituado, visto que ele dependerá de determinados contextos culturais, sendo, ainda, contínuas incógnitas para a filosofia.

Velho (1995) ainda indaga onde ficaria, então, o conhecimento do senso comum.

Onde é que fica a cultura, o tradicional, o peso do passado? Geralmente, em níveis menos materiais e visíveis, que obrigam a um esforço de reflexo e auto-análise contra o qual se rebela o senso comum; ou e então, pelo contrário, em hábitos tão neutralizados e familiarizados que resistem a um olhar de estranhamento ou a um passo além do estereótipo. (Velho, 1995, p. 152)

Quando Velho fala dos hábitos neutralizados e familiarizados pelo senso comum, deixa em evidência uma situação que vivenciei no âmbito escolar, pois, quando tive já a coragem de assumir a minha religiosidade, ao ser indagada, as ações dos alunos que ouviram minha resposta mostraram que a sociedade ainda se encontra enraizada numa cultura religiosa introduzida pelos colonos, mesmo tendo se passados mais de quinhentos

anos. Cultura esta, embebida de conceitos monoteístas, defensores de que as religiões praticadas, que não fossem a por eles introduzidas, eram as religiões que cultuavam o demoníaco, este que poderia contribuir na germinação e propagação do medo.

## **1.2 - A Noção do Medo frente às Manifestações Religiosas**

As histórias se embebedam da imaginação humana, desde os tempos mais longínquos até os dias atuais, enfatizando sua importância para a humanidade. Entretanto, como esses conhecimentos percorrem o tempo, tanto em documentos escritos quanto no senso comum, – assunto já abordado, – surge, então, algumas indagações. Até que ponto o imaginário fomenta o medo? Existem práticas religiosas que ocasionam o medo? Quais atitudes coletivas levam o indivíduo ao medo? O que ocasiona o não enfrentamento desse medo? Indagações essas que tentaremos responder.

O certo é que o medo é uma emoção que se encontra presente na realidade social humana, sendo esse responsável por sentimentos inexplicáveis e desconhecidos no ser humano. “O medo nos cai como uma máscara do desconhecido, e de tudo que precede e segue a existência humana”

Estando entre nós e nos acompanhando por toda nossa existência, o medo é ambíguo. Inerente a nossa própria natureza, sendo uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte, sem o medo nenhuma espécie teria sobrevivido. Mas se ultrapassa uma dose suportável, ele torna-se patológico e cria bloqueios. Pode-se morrer de medo, ou ao menos ficar paralisado por ele. É um sentimento que às vezes não sabemos distinguir, por que sua principal causa é a surpresa da qual não poderíamos usar como premeditação, para proteger-nos com antecedência. (Santos, 2009, p. 12)

A autora refere-se ao medo como um sentimento incompreendido que acompanha a espécie humana. Isso não indica que apenas o homem seja portador desse sentimento, mas como ele se manifesta, e a capacidade simbólica no ser humano é o que diferencia dos demais animais, assim como a potencialidade dessa construção do medo e a capacidade de compartilhá-los por grupos inteiros de indivíduos.

O medo ainda possui uma ação reativa, ativando mecanismos de defesa, sinalizando um alerta frente a uma situação de perigo.

O medo nos impulsiona a uma reação, ou seja, à medida que a ansiedade absorve os nossos movimentos e pensamentos os reflexos por vezes tornam-se ativos ou passivos para uma intervenção, assim sendo, os mecanismos de defesa atuam junto com a elaboração do alerta.

Essa junção-reação, é o que nos remete a um condicionamento de resposta que nos indica de que maneira solucionar o acontecimento regente, inconsciente ou consciente é pois o medo que nos alerta para uma construção de perigo, seja ele imaginário ou real, individual ou coletivo. (Santos, 2009, p. 40)

Nesse sentido, os sintomas e reações sentidas pelo organismo, são resultados de sinais enviados ao cérebro, provocando os mais diversos efeitos na pessoa.

Por exemplo: movimentos acelerados do coração ou diminuição, respiração acelerada ou lenta, contração ou dilatação dos vasos sanguíneos, reação das glândulas, diarreia, retenção ou afrouxamento das vias urinárias, mobilização de comportamento ou até mesmo uma reação exterior de violência. Esta reação ocorre no ser humano em função de sua defesa, mas nem sempre a efetua com discernimento. (Santos, 2009, p. 41)

Todas essas reações são explícitas em uma reação de medo no indivíduo, mas vale ressaltar que o medo, por mais que seja um sentimento de uma experiência de um sujeito, também pode ser coletivo. A singularidade entre eles se dá diante da seguinte forma:

O medo coletivo é proveniente de uma habilidade de influenciar a capacidade do julgamento quanto à rapidez do seu contágio fazendo desaparecer assim o senso de responsabilidade pessoal, enfraquecendo dessa maneira seu espírito crítico. Já no medo individual a realidade reside na experiência do sujeito. (Santos, 2009, p. 41)

Para entender um pouco melhor como o medo coletivo atua, a autora exemplifica que, em pleno século XXI, não é tão diferente dos medos do século anterior, pois as inquietações e comportamentos são semelhantes. Ela aponta que, hoje, o próprio sistema político-econômico causa instabilidades nos direitos humanos, como casa, educação, alimentação, “nos coloca em situação de medo quanto a nossa sobrevivência, ultrapassando a capacidade de análise à atual conjuntura política”. (Santos, 2009, p. 41). Frente a essas evidências, nota-se a importância das reações coletivas, não no intuito de vandalismo ou pânico, mas sim como “estratégias para um direcionamento de ações comunitárias para além dos discursos políticos” (Santos, 2009, p. 41) E que “o medo nos

torna sensíveis a manipulações, assegurando o aprimorando domínio capitalista e seu “controle social”.

Outro exemplo de medo, exposto pela autora, é o medo da violência urbana, esta que nos faz reféns em nossos próprios lares, com investimentos em segurança, o que questiona a in (eficiência) quanto às seguranças que deveriam ser de responsabilidade de órgãos competentes.

Hoje, a violência urbana minimiza o valor da vida e na busca por segurança nos leva a encarcerarmos em nossas próprias casas, erguendo muros cada vez mais altos e trancafiando-nos em grades e cercas que não impede a bala perdida, o confronto na rua, a guerra urbana. O medo deste tipo de violência leva a busca cada vez maior por segurança, questiona-se o papel e a eficácia da polícia e das instituições responsáveis por evitar e reprimir, aumentando o uso de meios criminosos para combater o crime, haja vista as milícias e grupos de extermínio. (Santos, 2009, p. 48)

Ademais, além dos medos humanos, imaginários ou reais, existem outras diversidades de medos, dentre eles, o medo das religiões. Esses, que são instituídos ou infundamentados pelas pessoas. Talvez, por desconhecimento, por incompreensão, por falta de respeito com aqueles que nelas creem, principalmente, nas “Religiões Afro-brasileiras e suas manifestações”.

Devido a esses fatores, e, também, ao senso comum, repassado, ao longo dos tempos, ou, até mesmo, com o intuito de domínio/manipulações de doutrina cristã, colocam esse medo do desconhecido em xeque, considerando-o como ritos satânicos, desde a época do colonialismo, e que permanecem fixados até os dias atuais.

Nesse sentido, para os que são colonizados, há “o resgate de sua consciência original anulada pelo invasor europeu, e para este, a retomada de uma unidade perdida consigo mesmo e com o mundo” (Fiker, 1984, p. 10), ou seja, sua cultura passa a ser modificada/imposta pelo colono, e esta se perde e fica esquecida, tanto no colonizado quanto no mundo.

Souza (1993, p. 38) também afirma que o “medo do inferno, assim como do diabo, já eram, entretanto, decorrências do processo colonizador”.

Entretanto, além da perda identitária, o medo proporciona:

O sentimento deste medo traz consigo raízes das tradições e dos costumes que a nós foram transmitidas pelos nossos antepassados num processo de repressão sobre tudo que referendasse a cultura africana. Como nas Religiões Afro-brasileiras existem em suas manifestações rituais morte de animais, isto as

vezes favorecem as pessoas a fazerem comentários referindo as suas manifestações a rituais satânicos e provocadores, como foram inculcados desde a época do colonialismo e que permanecem fortes vestígios até hoje. (Santos, 2009, p. 44)

Essas tradições e costumes fixados fazem com que cause estranhamento e preconceito a essas religiões, por serem condutas já enraizadas no senso comum, no entanto, da mesma forma, a morte de animais, por exemplo, também está presente no cristianismo, visto se tratar de um ato litúrgico.

No cristianismo também se representa à imolação do cordeiro no ato litúrgico da celebração, mesmo que hoje se opere através de uma simbologia de pão e vinho, em seu passado a história do povo de Deus realmente imolava o animal e nem por isso tornava o ato diabólico.

O nosso povo ainda é muito preconceituoso e com este pensamento observavam as manifestações religiosas afro-brasileiras com medo de pegarem encosto, medo da morte, passar perto de cemitério ou mesmo o simples fato de olhar qualquer de suas manifestações. (Santos, 2009, p. 44)

Assim, cabe ressaltar que, mesmo com tamanha complexidade, o mundo, em toda a sua origem, não pode ser explicado sem os conhecimentos que foram transmitidos ao longo dos séculos, ou seja, sem o conhecimento popular, pois houve uma época em que ouvir era mais valioso que ver.

É o que nos afirma Souza (2009, p. 34), quando diz que “numa época em que *ouvir* valia mais do que *ver*, os olhos enxergavam primeiro o que *ouvira dizer*, tudo que se via era filtrado pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido”. A expansão marítima e a necessidade de descobertas por novos continentes levaram o homem, principalmente, o europeu, a adentrar na esfera dessas histórias e saírem em busca de novas riquezas.

Nesse proposto, a mesma autora explicita que a partir desses conhecimentos surgem as lendas tomadas pelas “viagens fantásticas para além do mundo conhecido”, e tomaram impulso em suas descrições, para o mundo que os europeus não conheciam, onde “o maravilhoso ganhou força nova e passou a se mesclar a descrições geográficas do mundo desconhecido ou pouco conhecido dos europeus [...]” (Laura, 2009, p. 36). “Desde cedo, portanto, as narrativas de viagens aliavam fantasia e realidade, tornando fluidas as fronteiras entre real e imaginário [...]” (Laura, 2009, p. 37).

Ela também aponta que a realidade da terra, na perspectiva do homem no século XIV, estaria voltada a credências de um espaço geográfico descrito “quase como uma ficção”.

[...] A Ásia, grande pólo de fascínio para o imaginário europeu, encerrava o Paraíso terrestre, vedado por altas montanhas, por uma cortina de ferro e por hordas de animais monstruosos. [...]. Ao sul, ficava a Índia, onde as narrativas lendárias situavam a comunidade cristã de São Tomás. Para além do Índico, o país dos antípodas, mundo antinômico por excelência, povoado de seres monstruosos: cinocéfalos, ciclopes, trogloditas, acéfalos, homens-formiga... (Souza, 2009, p. 38 – 39)

E que o medo de desvendar os acontecimentos ocorridos no Índico era o mesmo medo de desvendar os sonhos. Uma vez que o sonho indiano estaria em suas especiarias e riquezas, isso junto ao crescimento comercial e obtenção de mercados que complementariam o mercado europeu e sua fomentação capitalista.

Uma das componentes básicas do sonho indiano seria a riqueza, as ilhas transbordantes de pérolas, madeiras preciosas, especiarias, peças de seda, atrelando o sonho às necessidades de expansão comercial e obtenção de novos mercados complementares ao europeu. A expansão comercial seria, assim, o substrato infra-estrutural destas projeções oníricas, ou pelo menos de parte delas. Outro lado do sonho indiano era a exuberância fantástica da natureza, dos homens, dos animais – uns e outros, monstruosos: para os europeus seria a compensação de seu mundo pobre e limitado. [...]. (Souza, 2009, p. 39)

Contudo, a expansão europeia e suas viagens exploratórias, nessas regiões, fizeram com que, de certa forma, essas histórias fantásticas ficassem cada vez mais distantes, e com características comuns e humanas, ou seja, “os países lendários e as humanidades monstruosas foram sendo empurrados para regiões cada vez mais distantes e periféricas, ainda indevassadas pelos homens do Ocidente”. (Souza, 2009, p. 39)

Em meio a tantas considerações demoníacas, no novo continente, por parte dos europeus, fez com que se pudesse em xeque a questão do descobrimento, visto que a descoberta do Brasil, para eles, mostra e reforça que há a existência de um Deus, pois consideravam a descoberta um milagre divino. Isso possibilitou que houvesse acentuadas mudanças socioeconômicas e religiosas nesse período.

A época das descobertas caracterizava-se religiosidade exacerbada, o próprio descobridor da América, como se sabe, pensando seriamente na possibilidade de usar o ouro americano numa cruzada contra o Infel. Para Colombo, poder-se-ia dizer que foram três os motivos das navegações: o humano, o divino e o natural. Componentes do universo mental, nunca estiveram isolados uns dos outros, mantendo entre si uma relação constante e contraditória: na esfera

divina, não existe Deus sem o diabo; no mundo da natureza não existe Paraíso terrestre sem Inferno; entre os homens, alternam-se virtude e pecado. (Souza, 2009, p. 44)

Todo esse crescimento além-mar, juntamente com todos esses elementos imaginários, eram utilizados como cobiça e opressão, em uma vertente de crescimento, tanto da fé quanto do império, os quais foram intensos nesse período de descobertas. Assim, após a descoberta do Brasil, com o avanço do processo de colonização, e com a escravização, o novo território passa a ser a extensão da metrópole, instituindo, assim, todo um processo de reestruturação do imaginário, fundado nas raízes europeias.

[...]. Desde a invasão pelos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação, sendo a base dos projetos políticos dos colonizadores. [...] por meio de narrativas históricas, o apagamento de qualquer crença que não fosse a imposta por Portugal. [...] para que o projeto de colonização das terras brasileiras fosse bem-sucedido, a Coroa Portuguesa contou com a colaboração da Companhia de Jesus. (Nogueira, 2020, p. 36)

Essas ações intentavam converter o índio à fé cristã, catequizando-os e os ensinando a leitura e a escrita do português. Esse interesse era motivado pela Coroa portuguesa e pelo Papado, pois ambos “pretendiam expandir o mundo, defender novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé” (Nogueira, 2020, p. 37)

Desde as ações dessa tríade, “o que vemos é o apagamento e o silenciamento das crenças originárias e, mais adiante, das crenças de origem africana, ou seja, crenças não eurocêntricas” (Nogueira, 2020, p. 37).

Ainda, nesse período, houve um grande processo de desumanização dos índios, visto que, com essas ações, seria possível “adestrar” os povos nativos.

Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como “índios”, estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar. (Santos, 2015, p. 27)

É importante salientar que essas mesmas técnicas, posteriormente, também, foram utilizadas para a domesticação dos negros.

Voltando ao processo de colonização e desumanização dos índios, foram introduzidas junto aos gentios as missões jesuíticas, contudo, essas missões jesuíticas não

possuíam fins educacionais, mas estavam voltadas, unicamente, a fins espirituais, o que envolvera uma grande desconsideração por parte da cultura dos povos indígenas. Assim:

[...] a cultura-crença dos indígenas foi totalmente desconsiderada pelas instituições cristãs, uma vez que as tentativas de epistemicídio indígena se mantiveram até hoje, fato evidenciado pelas não raras missões evangelizadoras. Havia uma total negação das crenças indígenas pelos europeus. (Nogueira, 2020, p. 38)

Essas transformações também se estenderam, não só no imaginário, mas também nos povos que habitavam o continente, os quais se tornaram diversificados.

Mas no que diz respeito à humanidade diversa, pintada de negro pelo escravo africano e de amarelo pelo indígena, venceu a diferença: infernalizou-se o mundo dos homens em proporções jamais sonhadas por toda a teratologia europeia – lugar imaginário das visões ocidentais de uma humanidade inviável. Houve perplexidade ante as nuvens de insetos, as cobras enormes, o calor intenso; mas ante o canibalismo e a lassidão do indígena, a feitiçaria e a música ruidosa dos negros, a mestiçagem e, por fim, o desejo de autonomia dos colonos, houve repúdio. (Souza, 2009, p. 47)

Esse desenvolvimento, ainda, se deu a partir de características bifacial: “por um lado, incorporavam-se novas terras, sujeitando-as ao poder temporal dos monarcas europeus; por outro, ganhavam-se novas ovelhas para a religião e para o papa” (Souza, 2009, p. 48).

De certa forma, as justificativas utilizadas para a propagação da fé, durante vários séculos, mascaravam o desejo de domínio dos europeus, assim como as diversas barbaridades praticadas como atos de fé. Um papel missionário que fora atribuído pelos portugueses, no qual pregavam a fé, enquanto se colonizava.

Tornou-se lugar-comum afirmar que a religião forneceu os mecanismos ideológicos justificatórios de conquista e colonização da América, encobrindo e escamoteando as atrocidades cometidas em nome da fé. [...]. Nunca é demais lembrar que o fim da Idade Média e os inícios da Época Moderna caracterizavam-se por uma religiosidade funda, exacerbada, cheia de angústia. Portanto, sem que os propósitos materiais fossem acanhados, cristianizar era, de fato, parte integrante do programa colonizador dos portugueses diante do Novo Mundo. Mais do que isso: parte importante, dado o destaque que tinha a religião na vida do homem quinhentista. (Souza, 2009, p. 48 – 49)

Contudo, o processo de evangelização está ligado à imposição de poder, pois “está posto que, de modo geral, a cristianização da sociedade é mais do que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um processo de poder” (Nogueira, 2020, p. 27). Enquanto se

fermentava a fé, o poder monárquico também crescia, pois era incumbido ao colono encontrar as riquezas e, ainda, tornar o céu abundante de almas, pois, quanto mais almas fossem convertidas, maior seria a bondade do criador para com os europeus.

Cabia ao colono descobrir riquezas na terra e ainda enriquecer os céus, convertendo almas. Parece mesmo haver um movimento de reciprocidade, uma espécie de contabilidade: os bons cuidados da Providência, propiciando o achado de prata e ouro, deveriam ser pagos com almas; em contrapartida, quanto mais almas se enviassem aos céus, melhores seriam as disposições do Criador para com os colonos. (Souza, 2009, p. 50 – 51)

A partir de todas essas teorias, acreditava-se, também, que a descoberta da nova terra era providência divina para com os colonizadores, pois, dentre tantos povos, Deus escolhera os portugueses, e estes, como os novos gestores da colônia, tinham a obrigação de produzirem riquezas materiais, a partir das explorações da natureza, assim como riquezas espirituais, nas conversões de almas para o “patrimônio divino”.

Se para o Novo Mundo deslocaram-se projeções do imaginário europeu, se expansão da fé e colonização caminharam juntas, nada mais natural que o descobridor da América fosse também o seu primeiro ‘edenizador’. Soldado de Cristo, considerava a salvação das almas. Ora, para justificar a necessidade de cristianização, havia de denegrir os homens autóctones. Denegrindo-os, estava justificada a escravização. Colombo inaugurou assim o movimento duplo que iria perdurar por séculos em terras americanas: a edenização da natureza, a desconsideração dos homens – bárbaros, animais, demônios. Esta tendência – associar os homens da colônia a animais ou a diabos – se agudizaria posteriormente; [...]. (Souza, 2009, p. 53)

Nesse contexto, percebe-se que essa conotação vai permanecer durante os séculos, e são refletidas no mundo contemporâneo, visto que, para muitos, ainda, aqueles que não exercem a fé monoteísta, fazem apologia ao demônio. Tudo isso, no intuito de cristalização e dominação do poder.

Ainda nesse sentido, há um padrão de poder perpetrado pelo projeto de dominação europeu-ocidental que opera na produção contínua de violência, destruição, desvio e subalternidade sobre outros princípios explicativos de ordenação/compreensão de mundo, dos seres e suas formas de saber. Trata-se da colonialidade do poder. A colonialidade do poder hierarquiza, classifica, oculta, segrega, silencia e apaga tudo que for do outro ou tudo que oferecer perigo à manutenção de um *status quo*, garantindo a perpetuação da estrutura social de dominação, protegendo seus privilégios e os de sua descendência e cristalizando as estruturas do poder oligárquico. (Nogueira, 2020, p. 53 – 54)

Dessa forma, o espiritual é bruscamente dissociado do social, dado que todos os conhecimentos passados pelo senso comum não possuem qualquer importância no colonialismo do poder.

Na base da colonialidade cosmogônica está a divisão binária natural/social, apartando ancestralidade – espiritualidade da realidade material. Esse princípio do colonialismo arranca bruscamente o espiritual do social. A relação milenar entre os biofísicos mundiais, os humanos e os espirituais, incluindo os ancestrais, o sustento dos sistemas integrais de vida e mesmo da humanidade não são possíveis nesta colonialidade do poder. (Nogueira, 2020, p. 54)

Sendo assim, a colonialidade do poder referencia uma determinada estrutura de poder, que controla a subjetividade do outro, sem violência física, mas, a partir da neutralização, o imaginário, sendo o europeu, o único. E essa foi utilizada, principalmente, com as populações nativas da América.

A colonialidade do poder refere-se à dominação por meios não exclusivamente coercivos. Não se domina apenas por meio da violência; muito pelo contrário, esta forma de dominação não se limita em reprimir fisicamente os dominados, mas também de conseguir naturalizar o imaginário europeu como única forma de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade, ou seja, está-se diante de uma colonização epistêmica. (Nogueira, 2020, p. 125)

Entretanto, como notada a importância do senso comum no âmbito das ciências, o mesmo fato também ocorre nas sociedades, visto que, quando se referem a religiões afro, inúmeras pessoas criticam, menosprezam esses cultos religiosos. E o que os levaria a tais atos? Provavelmente, por falta de conhecimento, e/ou por uma cultura religiosa, enraizada por mitos e medos repassados pelo conhecimento do senso comum.

## CAPÍTULO 2

### **Processo de colonização e concepção de mundo espiritual.**

Neste capítulo tentaremos analisar o presente e identificar traços de racismo religioso que permeiam nossa sociedade, aspecto perpetuado desde o período da colonização até a atualidade, e que é evidenciado por meio de falas do presente, cristalizadas no tempo, se solidificando a partir das convivências sociais e educacionais.

Durante os séculos, a religiosidade esteve presente em nossa sociedade por meios de atos, imposições, sempre, de forma contagiosa. O que levava multidões a acreditarem que o mundo espiritual se opunha à própria ciência, e, muitas vezes, chegando a utilizar a própria violência como justificativas, no intuito de validar suas verdades, que se mostravam bastante duvidosas, mas teriam que ser inquestionáveis.

No entanto, com tudo que o mundo, então, vivenciava, deveriam ser encontradas fundamentações para todos esses processos. O conhecimento obtido pelas narrativas orais, agora, tomava rumos exploratórios e de descobertas. Com isso deu-se a expansão marítima, a descoberta das américas, a colonização do Brasil pelos portugueses, imposição religiosa, criação do bem e do mal. Tudo isso acontecia, e o mundo se transformava. Transformações que podem ter gerado consequências em muitas ações que se repetem atualmente.

Nessa perspectiva, Souza (1993, p. 21) expõe que o homem passa a ser o dono dos mares, e, assim, julgava as demais culturas, impondo todas as suas crenças. “Aprisionando e controlando pela primeira vez o espaço do globo, esse homem passava a ser o senhor dos mares e subjugador das culturas estranhas, impondo por toda parte seu credo, seus hábitos, sua visão de mundo”.

Com as agoniações de um mundo totalmente desestruturado, que acontecera a partir do século XIV, buscava-se encontrar soluções para os empasses econômico/social desse período, o que ocasionou a procura de novos mercados, os quais eram enredados de considerações específicas positivas e/ou negativas. E eram, nas perspectivas negativas, que essas eram consideradas como demoníacas, o que é de imensa validade para entender a reação humana perante as “mágicas demoníacas”.

O mundo convulsionado e agonizante que se desestruturou a partir do século XIV, buscando novas soluções para a rearticulação de sua vida econômica, política e social, foi também o que se lançou – e por isso mesmo – à procura de novos mercados deixando-se enredar por um misto de atração e pânico do desconhecido, ora tecendo considerações positivas (edênicas), ora negativas (demoníacas) sobre as terras que se iam desvendando ante seus olhos. A compreensão da vertente negativa que constitui o imaginário do descobridor – logo transformado em colonizador de novas terras – é de suma importância para melhor entender a maneira como reagir ante as práticas mágicas demoníacas ou o modo como se deixou levar por elas. (Souza, 2009, p. 497 – 498)

Nessa vertente, havia a crença de que seres monstruosos viviam nos limites do mundo, conhecido no final da Idade Média. Mas, com o surgimento da era moderna, houve uma mudança no imaginário, no qual os seres monstruosos eram associados às figuras humanas, vistas como demonizadas.

O homem europeu do final da Idade Média e início da Época Moderna acreditava na existência das humanidades monstruosas que habitavam os confins do mundo então conhecido. Com a inserção do Novo Mundo no horizonte europeu verificou-se um deslocamento no universo imaginário: as humanidades monstruosas se associaram aos habitantes das terras americanas, mas, à diferença do que acontecia na Europa passaram a ser demonizadas. [...]. (Souza, 2009, p. 498)

O desconhecido gerou temor ao homem medieval, que passou a sentir a necessidade de propagar e alimentar esse medo para que fosse mantido um limite, nomeando e encarnando o incógnito como monstros satânicos, bestiários, humanos individuais, e aqueles que habitavam os confins da Terra. De um vértice, foi conferido aos monstros o contexto e desfecho de várias histórias, mas, por outro, foram-lhes conferidos um significado moral e dimensão social apta a propiciar inúmeros arranjos políticos, econômicos, filosóficos e religiosos, sendo capazes de gerar a marginalização geográfica e sociológica de determinada área.

Se, de um lado, o temor era usado como meio de persuasão e alienação da população, de outro, o desconhecido e o misterioso mundo sobrenatural passa a ser, cada vez mais, desvendado, abrindo portas para um universo de feitiçaria e religiosidade popular, extremamente multifacetado, com as mais diversas concepções e crenças.

Segundo Souza (1993), com o início da idade moderna, as grandes navegações apresentaram um grande fervor na população, causando uma mistura entre desejo e medo do desconhecido, construindo narrativas afirmativas, que levariam à visão de céu, e negativas, mostrando o possível inferno, onde as almas sofreriam pela eternidade, visão que, posteriormente, foi reelaborada, formando a tríade céu, inferno e purgatório.

Nessa fase histórica, a comunicação e as trocas de informações culturais eram lentas e fragmentadas, o que levava a interpretações diversas, e, por vezes, distorcidas, que apontavam a existência de seres com aparência monstruosas e grotescas, com misturas de figuras animais e humanas.

Nessa esplanada, Souza comenta sobre a complexa elucidação de questões religiosas, principalmente, referente ao “embate” Bem x Mal, Céu x Inferno, e, com terra oriunda de possessões demoníacas. Esses termos chegaram associados ao crescimento das colônias, regados de toda “a carga do imaginário europeu, no qual, desde pelo menos o século XI, o demônio ocupava papel de destaque”, no qual “o Brasil, colônia portuguesa, nascia assim sob o signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental” (Souza, 2009, p. 43).

Assim, Souza (1993) afirma que, com o processo de colonização, se mantém o embate entre o Bem e o Mal, donde estes marcaram as diversas concepções diante do Novo Mundo, e assim, ao lado da fé cristã, o intuito de, com as navegações, difundir essa fé.

Tensão entre o racional e maravilhoso, entre o pensamento laico e religioso, entre o poder de Deus e o Diabo, embate, enfim, entre o Bem e o Mal marcaram desta forma concepções diversas acerca do Novo Mundo. Para os primeiros colonizadores e catequistas da América, que viveram numa época em que contendas religiosas dilaceravam a Europa, o recurso a tal embate não era simples retórica, mas índices de mentalidade onde o plano religioso ocupava lugar de destaque, mostrando-se presente nos mais diversos setores da vida cotidiana.

Foi assim que, ao lado da expansão de mercados, os portugueses objetivaram, com as navegações, difundir a fé católica. [...]. (Souza, 1993, p. 22)

Dessa forma, se, com a descoberta do novo continente, houve a retomada do insólito, o momento, também, foi oportuno para o fortalecimento da demonologia europeia, donde esse mundo, então, agitado, conseguia “seduzir e aterrorizar ao mesmo tempo”. Retomavam-se, então, mitos tradicionais e arcaicos, para tentar entender os significados do mundo. Isso, para que as crenças religiosas apagassem o paganismo que existia na terra recém descoberta.

Na verdade, o Novo Mundo funcionava como poderoso inspirador das elucubrações demonológicas: se na Europa os poderes repressores perseguiram superstições e malefícia que não chegavam a recobrir verdadeiras crenças religiosas heterodoxas, em terras americanas tinham que liquidar a herança de uma Igreja pagã, consubstanciada em crenças efetivas. (Souza, 1993, p. 27)

Essa questão gerava uma duplicidade, (boa e ruim, cristã e demoníaca) nas congregações existentes, então, nas américas; “há neste mundo duas congregações: uma muito boa, a outra muito ruim. A que é muito boa se chama igreja católica, a que é ruim se chama igreja diabólica” (Souza, 1993, p. 26).

Essa afirmação de Souza pode ser exemplificada com o que passei, recentemente, em sala de aula, pois, quando se fala em religião, principalmente, no mundo contemporâneo, percebe-se a disparidade entre os cultos religiosos, isso, pelo fato de o Brasil ser um país que possui uma diversidade religiosa muito grande. Surgem comparativos entre as religiões, e colocações de que uma religião pode ser melhor que outra, principalmente, quando estão em discussão as religiões afrodescendentes, além de ser visível o preconceito cometido pelas pessoas, quando descobrem que um indivíduo pratica essas religiões.

Essa experiência foi, por mim, vivenciada, em sala de aula, quando questionada a minha religião, e eu informei ser praticante do Candomblé. Nesse momento foi visível o repúdio por parte dos alunos, o espanto, além de discursos de ódio. Isso veio a me incomodar como Professora, Historiadora e candomblecista, e me levou a acreditar que os alunos não possuem conhecimento em relação às religiões de matriz africana. Notada tamanha desinformação, entendi a dificuldade dessas religiões saírem do silêncio, visto que os alunos as associam com práticas demoníacas, tal como ocorre na maioria da sociedade.

Ainda, sobre a concepção de bem e mal, imposta pelo cristianismo, essa refere intensamente e fomenta a identidade brasileira, tornando evidente o enraizamento da tradição, assim como a presença do demônio nas mais diversas situações da natureza. Assim como o combate a essas presenças, tanto antigamente, quanto em dias atuais, é o que aponta Souza.

O enraizamento dessa tradição ajuda a compreender melhor a leitura que os jesuítas catequizadores fariam da natureza brasileira, associada sem trégua pela presença demoníaca, ou endemoninhada ela mesma. Afinal, fora a malfadada árvore de pau vermelho que roubara o nome santificado, atestando a insubordinação de um mundo natural muitas vezes caótico, desordenado e contraditório como o próprio demônio. Este habitava as terras brasileiras, perturbando, por exemplo, a serenidade das águas fluviais: [...]. Satanás encarnava-se ainda em baleias, desencadeava tempestades que comprometiam as missas campais dos missionários, convocava legiões de moscas que atordoavam os sacerdotes no ofício religioso, enfim, fazia com que fosse permanente na Colônia portuguesa o estado de guerra entre as forças do Bem

e do Mal: neste lugar tivemos muitos combates do demônio, e ainda agora temos [...]. (Souza, 1993, p. 32)

Nesse intuito, o demônio expressa uma simbologia para explicar tudo de ruim que acontece, assim como, justificar tudo que, aparentemente, representa o mal. Essa simbologia é utilizada por Geertz, quando expõe:

Todos eles são símbolos, ou pelo menos elementos simbólicos, pois são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças. [...]. Os atos culturais, a construção, apreensão, e utilização de formas simbólicas, são acontecimentos sociais como quaisquer outros; são tão públicos como o casamento e tão observáveis como a agricultura. (Geertz, 2022, p. 68)

Neste exposto, essa visão simbólica nos possibilita pensar sobre os recursos utilizados para criar a imagem satânica, e, conseqüentemente, aprisionar e controlar o intelecto humano, frente às manifestações religiosas, ou seja, limita as pessoas a uma única vertente religiosa, insinuando que fora da que lhes são expostas pelo cristianismo, as adorações estão voltadas ao demônio, e, sendo assim, não terão direito à salvação.

Além disso, “os padrões culturais têm um aspecto duplo intrínseco – eles dão significado, isto é, uma forma conceptual objetiva a realidade social e psicológica modelando-se em conformidade a ela e ao mesmo tempo modelando-a a eles mesmos” (Geertz, 2022, p. 69), pois a figura diabólica modela tanto o seu psicológico quanto a sua realidade, em um jogo árduo de Bem e Mal.

Diante desse alvoroço e desse embate para a propagação da fé cristã, passa-se a utilizar idolatrias, a partir de fundamentações bíblicas, que foram, então, aventadas, em sua interpretação com cunho subjetivo, para fortalecer o humanismo cristão. Daí se dá a importância da filosofia antiga dos cristãos, assim como a herança bíblica.

A caracterização de idolatrias pré-colombianas assentou-se em fundamentação bíblica, dos doutores da Igreja, especialmente santo Agostinho. Amalgamando a herança bíblica com a filosofia religiosa dos antigos, interpretando as escrituras de forma pessoal, ele forneceu ao humanismo cristão da conquista os elementos exegéticos necessários à definição de idolatria. (Souza, 1993, p. 35)

Assim, caracterizava-se que “o demônio era inimigo pessoal de cada um destes evangelizadores”, sendo esta a figura impostas pelos catequizadores cristãos. E, em consequência, conseguiu atrelar ao imaginário americano a força diabólica.

O triunfo do diabo cristão no imaginário das populações americanas autóctones acabou sendo, assim, um subproduto da ideia que os europeus e sua Igreja tinham da idolatria: fenômeno nitidamente demarcado por barreiras próprias a uma concepção binária do universo, o céu se opondo ao inferno, a natureza à cultura, o ser ao parecer, o espiritual ao temporal. Como o caráter intrinsecamente cambiante e pluridimensional das idolatrias escapava aos extirpadores, eles procuravam varrer suas manifestações do solo americano. [...]. Procurando colonizar o universo sobrenatural dos indígenas, os europeus acabaram abrindo caminho a sua demonização. (Souza, 1993, p. 39)

Nessa mesma concepção, Velho mostra que a idolatria é uma forma de se ver a alienação, e, consequentemente, a adentrar no terreno do mal.

Neste caso, constituirá aquilo que em linguagem religiosa se conhece como *idolatria*, designação que representa um modo especial de encarar a alienação, invertendo a maneira pela qual os humanismos a põem. [...]. Esse sentimento claramente supõe o vislumbre ou a reminiscência de outro estado, por vezes expresso através do que se costuma considerar ‘idealização do passado’. (Velho, 1995, p. 28)

Tudo isso teve consequências profundas no entendimento da vida social, nas relações políticas, e com diversos representantes de grupos sociais. Além de prevalecer um sistema político fixador de regras, que fossem aceitas sem contestação.

Essa mesma postura [...] ocasiona por sua vez, equívocos profundos para as tentativas de estabelecer um sistema político com que se pretenda, justamente, fixar regras impessoais, transparentes e universais, sujeitas a leitura unívoca e direta, e não à reinterpretação, e cujo valor e credibilidade formal todos aceitem sem contestação. (Velho, 1995, p. 29)

De um lado, a Bíblia seria utilizada, de forma subjetiva, para auxiliar e justificar fenômenos, no processo de colonização. Por outro, nota-se que a humanidade estaria em volto de uma cultura bíblica. Esta que é evidenciada na fala de Velho.

Neste intuito, Velho aponta que essa cultura brota na figura da Besta-Fera, utilizada por ele em sua obra *Besta-Fera: recriação do mundo*. Essa, reconhecida como personagem bíblica, encontrada no livro do Apocalipse, e que teve, também, a sua significação interpretada de forma variada “ora acentuando-se a sua associação com o Estado”, “ora a sua associação com a classe dominante, a economia mercantil, os bancos, o dinheiro ou os estrangeiros”, assim, como a apologia ao seu número, 666, estaria

associada ao reconhecimento pelos informantes, como aplicado ao cotidiano, além de ser muito significativo.

Eles consideravam altamente significativo, por exemplo, que o número correspondesse à soma do valor das células em circulação; bem como que, em determinado momento, a aposentadoria do Funrural tivesse exatamente esse valor. Assim, a identificação com o Estado e a economia mercantil era até bem explícita, impressionantemente próxima não só da letra do texto bíblico, mas também com seu significado menos evidente. (Velho, 1995, p. 16)

Dessa forma, assim como outras concepções que retomavam a Bíblia, ter-se-ia uma aprovação de uma “cultura bíblica”, que serviria de embasamento para reflexão de vivências experimentadas. Evidenciando que a cultura bíblica está relacionada entre os fenômenos culturais e relações sociais.

Em outras palavras, que a ‘cultura bíblica’ em questão o seja num sentido *forte*, que vai além do mero recurso instrumental a termos e expressões, e atinge o nível das crenças e atitudes profundas. E isso de um modo menos perceptível para um observador que se coloque exclusivamente de um ponto de vista externo, a buscar traduzir os significados *reduzindo-os* a outros níveis de realidade e tomando-os mais como sinais de algo supostamente conhecido (como no capitalismo, autoritarismo, etc.) do que como simbologia plena de eficácia, onde o que mais importa não é uma relação de sinonímia entre termos que se sinalizam (signos), mas a de ambos com aquilo que é simbolizado; [...]. (Velho, 1995, p. 16 – 17)

Essa concepção de símbolos são anseios de dependência humana, “a ponto de serem eles decisivos para sua viabilidade como criatura” (Geertz, 2022, p. 73), pois todos seus sentimentos e ações têm a necessidade de uma explicação espiritual a qual ele está intimamente ligado.

Como podemos ver, o processo de colonização e seus desdobramentos foram determinantes para moldar a história da sociedade brasileira. Por um lado, o grande interesse na exploração das riquezas do novo mundo, por outro, a constante introdução de formas de poder e dominação, para controle e manutenção do poder. Poder voltado também a preceitos cristãos.

Mas, ao analisar todo esse processo histórico, não tem como deixar de relatar qual seria a diferenciação entre cristão e pagão. Após o processo de desumanização dos povos nativos, e dos negros, que foram escravizados pelos colonos, após, também, a grande ascensão dos europeus, o crescimento do poder da igreja e suas influências manipuladoras na política e na sociedade, cria-se um documento denominado Bulas Papais.

A Igreja tinha que impor as suas doutrinas cristãs, e, nesse intuito, todos os que não se enquadravam em seus estereótipos cristãos, era considerada uma pessoa pagã. Contudo, o cristianismo e o paganismo são bem enfatizados nas Bulas Papais. Mas o que seria esse documento?

As Bulas Papais eram um documento assinado por diversos Papas, mas fugiam “do caráter pessoal de um líder e atendem as deliberações doutrinárias de uma religião, no caso o cristianismo” (Santos, 2015, p. 30). E, nesse período, a Igreja escolheu Portugal e Espanha para a aplicação do documento, sendo os primeiros a chegarem às Américas como colonizadores, “e aqui cumpriram rigorosamente a Lei Papal, subjugando os povos originários e indo buscar para o mesmo fim os povos do continente africano (Santos, 2015, p. 29).

Esses povos eram denominados pagãos pelos europeus. “Isso porque para os cristãos é necessário justificar que essas pessoas são apenas ‘coisas’, que elas não têm ‘alma’ e que, por isso, delas podem se utilizar como bem quiserem” (Santos, 2015, p. 29).

Para Santos (2015), os cristãos que eram mencionados na Bula, seriam os povos que cultuam apenas um Deus, “o Deus da Bíblia, onipotente, onisciente e onipresente”, ou seja, pertencentes a uma religião monoteísta. Enquanto os pagãos cultuavam elementos da natureza e divindades do universo, pertencendo à religião politeísta.

O processo de escravização no Brasil tentou destituir os povos afro-pindorâmicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas, a começar pela tentativa de substituir o paganismo politeísta pelo cristianismo puro monoteísta. (Santos, 2015, p. 37)

Nesse intuito, esses povos foram considerados como inferiores, sem alma, incapazes, desprovidos de beleza, objetos de prazer, sem costumes, e, culturalmente, selvagens. Nessa visão, percebe-se o tamanho dos ataques históricos que foram direcionados a esses povos. “No entanto, na perspectiva da resistência cultural, essas identidades vêm sendo ressignificadas como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado” (Santos, 2015, p. 37) contra esses povos e seus descendentes.

Assim, percebe-se a tamanha resistência desses povos, mesmo, em meio a tantos ataques, desumanização e desconsiderações, por se enquadrarem fora dos padrões eurocêntricos, ao longo da história humana.

Embora esse processo de intolerância tenha perpetuado ao longo da história do povo brasileiro, ainda se nota, na atualidade, que a sociedade se mantém resistente em aceitar as religiões de origem africana, e, infelizmente, isso pode ser evidenciado nos mais diversos lugares, principalmente, no espaço escolar.

## **2.1 – O passado mais que presente: contextualizando a sala de aula e suas vozes.**

Quando voltamos nosso olhar sobre o universo da sala de aula, descobrimos um ambiente multifacetado, cheio de descobertas e de conhecimento, já adquirir no meio social, cheio de falas, imagens, sonhos e de conceitos. O âmbito escolar é um meio permeado por vozes que transitam entre passado e presente, mesmo que de forma inconsciente, devendo sempre ressaltar, como de crucial importância, a pluralidade identitária de cada indivíduo, e do meio social em que ele está inserido.

A afirmativa de Fonseca (2009) expõe que o ambiente cotidiano de crianças e jovens deve ser explorado no dia a dia escolar, no intuito de valorizar as diversidades e complexidades de forma ativa e crítica. E que, além disso, todos os tipos de memórias estão alojados no interior do indivíduo, cabendo aos professores, em suas aulas, registrá-las e torná-las reflexivas.

O local e o cotidiano da Criança e do jovem constituem e são constituídos de importantes dimensões de viver-logo, pode ser problematizados, tematizados e explorados no dia a dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens. Assim, o ensinar e o aprender história não é algo externo, a ser proposto e difundido com uma metodologia específica, mas sim algo a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana, em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade de forma ativa e crítica. A memória das pessoas, da localidade, dos trabalhos, da profissão, das festas, dos costumes, da cultura, das práticas políticas está viva entre nós. Nós, professores, temos o papel de junto com os alunos auscultar o pulsar da comunidade, registra-lo, produzir reflexões e transmiti-lo a outros. A escola e as aulas de História são lugares de memória, de histórias recentes, imediatas e distantes. (Fonseca, 2009, p. 127)

Dessa forma, o âmbito educacional é de fundamental importância para o desenvolvimento psicossocial do ser humano, notando que as suas transformações e comportamentos futuros serão frutos de aprendizados vivenciados dentro e fora da sala

de aula. Mas, nesse contexto, queremos deixar em evidência, como essas vozes e experiências de aprendizado vividos em sala de aula servirão como reflexo de diversas atitudes e comportamentos das pessoas.

É de conhecimento comum que, para explicar o presente e melhorar o futuro, deve-se retomar o passado para ter uma explicação mais evidente de fatos, ações e acontecimentos.

Diante do exposto, Rusen (2011) salienta que o presente traz várias formas de olhar para o passado, e que este pode nortear como os seres humanos agem no presente, ainda que todo ciclo social busque na fé um modo de sobreviver a vicissitudes da vida e por diferentes razões. Essa vivência religiosa afeta cada indivíduo participante, levando-o mesmo tanto a ser um mero participante, quanto a um profundo vivente da fé praticada.

Viés este que trataremos com falas presentes, de alunos e mães presentes em sala, direta e indiretamente, e que, de alguma forma, se sentiram constrangidas por escolherem caminhos diferentes do dito aceitável. Aqui o assunto em questão será a fé e suas aceitações.

Observamos que os ciclos sociais buscam na fé um modo de sobreviver a vicissitudes da vida e por diferentes razões. Essa vivência religiosa afeta cada indivíduo participante, levando-o, tanto a ser um mero participante, quanto a um profundo vivente da fé praticada. Dessa forma, os viventes que necessitam mergulhar na imensidão da religião carecem de passar por alguns estágios, como estudo e alguns rituais religiosos, isso dependendo de cada ato de fé praticada.

Nesse caminho voltarei meu olhar para a cidade de Catalão, uma região no interior do estado de Goiás, com uma população, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, de 114.427 pessoas, em 2022, e a estimativa para 2024 é de 120.789 pessoas, e com grande parte dessas em idade escolar. Uma região cheia de mitos, lendas, superstições e variedade religiosa, e com incoerências de fala, sendo que, durante todo ano, as questões religiosas desaparecem, e no mês de outubro, ela abre espaço para uma das maiores festas regionais, as congadas, que misturam religiosidade com o profano.

Mesclando religião e sala de aula, exemplificaremos, a partir de entrevistas e relatos de alunos que sofreram e/ou sofrem com tais implicações, expostas por uma

sociedade tradicionalista, fundada no colonialismo brasileiro, e com as tradições interioranas. Elucidamos que, por mais que seja um contexto amplo, e que ocorra em todo o mundo, os fatos, aqui, apresentados foram vivenciados na cidade de Catalão, estado de Goiás.

A partir das entrevistas produzidas, as quais foram realizadas com pessoas adeptas da religião Afro (tanto com aquelas que são praticantes, quanto com as que apenas frequentam o ambiente), e também com pessoas em idade escolar, nosso olhar será norteado a pensar hipóteses para este estudo, ao observarmos traços que estão presentes no imaginário popular, ocasionando o racismo religioso, assim como, esse *corpus* possibilitará o entendimento desses reflexos do passado, que se encontram mais que presentes.

Para Chartier (1945, p. 24) “O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que, durante longo tempo, desorientaram as memórias coletivas”, evidenciando que a presença do passado é essencial para a coletividade. Considerando que a memória coletiva permeia a sociedade, voltaremos a visão às narrativas orais, e tentaremos entender seus significados, usados na prática escolar e nas suas configurações em sala de aula.

Nessa mesma perspectiva, Cruikshank afirma:

Os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva. Isso já foi considerado uma limitação, mas hoje é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral: fatos aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender o passado é construído, processado e integrado à vida das pessoas. (Cruikshank, 2006, p. 156)

Percebe-se que o autor reconhece a importância dos relatos orais, pois as histórias vivenciadas possibilitam o entendimento dos fatos ocorridos no passado, estes que estão integrados na vida do ser humano, assim como esse entendimento se manifesta em dias atuais.

E, ao considerar a importância dos relatos orais para a formação de uma sociedade, abordaremos, no capítulo a seguir, como eles podem contribuir para a construção do medo.

## CAPÍTULO 3

### Mitos como contribuintes na construção do medo

Frente a tantos saberes, a ciência e os conhecimentos do senso comum se evidenciam como fontes decisivas que erigiram a história da humanidade, esta que sempre está em transformações de conceitos e valores.

Nessa abordagem, tentaremos explicar, ao longo do capítulo, o que originou o mito, a lenda, e qual suas contribuições para o surgimento do medo. Mas seria apenas essa a sua origem, ou poderia o monoteísmo ser um influenciador de construções didático-religiosas, criando imagens de céu, inferno, assim como a representação do diabo e do inferno, no imaginário do ser humano e na sociedade. Tudo isso seria contribuinte na germinação/fixação do medo? Isso é o que abordaremos a seguir.

#### 3.1 – (Des)Construção dos mitos

Muitos teóricos remontam à construção do mito, mas essa tarefa é árdua, visto que ele transcende vários séculos, e vem se perpetuando, mesmo com outra roupagem, ao longo do tempo.

Para Lara, entender o seu significado e defini-lo é um desafio, “porque o mito é uma realidade dinâmica, plástica, plurifacetada”, e que “são histórias”.

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma intuição. É sempre, portanto, a narrativa de uma criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. (Lara, 1986, p. 53 – 54)

Segundo Cruz, (2014, p. 1 - 2) “os mitos nos fazem pensar e refletir sobre a nossa origem e nos remetem ao caminho para chegar a uma possível verdade”, servindo como orientação para um entendimento, ou explicando alguns acontecimentos para os quais não se encontram respostas. Elementos esses que estão sempre presentes no cotidiano. Os mitos se distinguem entre si, existindo, assim, dois tipos: os cosmogônicos e os de origem.

“Os cosmogônicos se referem à primeira formação do universo e os de origem procuram dar uma explicação do início de uma instituição ou costume”.

Nesse viés, Lara relata que o mito tem função clara, e é oriundo da realidade para explicar a existência.

A função do mito é clara. Fundando a realidade, explicando a existência, fazendo remontar, aos deuses e aos heróis, a história do grupo e do mundo, no qual o grupo vive, o mito passa a marcar todo o dinamismo do grupo. Poderíamos dizer que, de certa maneira, o grupo vive os seus mitos ou vive deles. (Lara, 1986, p. 56)

No mesmo intuito, Seleprin (2010, p.2) aponta que:

O mito é uma forma de narrativa. Os mitos apresentam-se como possível explicação ou interpretação da realidade e dos acontecimentos. Para quem vive o mito, ele é a única história verdadeira, proposta numa linguagem acessível à gênese do mundo, das coisas e do homem. Os mitos reproduzem ou repropõem gestos criadores e significativos, que permanecem sustentando a realidade constituída.

Nesse sentido o mito não tem a função de explicar a realidade, mas de atenuar o mundo aterrorizante do homem. Contudo, ele também, com o passar dos tempos, começa a perder o seu prestígio, e encanto, passando a ser uma forma de encantamento para aqueles que o ouvia, gerando uma comunhão afetiva entre as pessoas. Mas, com alguns discursos, muda-se a sequência lógica dos pensamentos, assim como sua maneira de discursar.

Iniciou-se a redigir os mitos, deixando de ser o mito apenas um discurso oral. Com o início da redação dos mitos, a narrativa tornou-se algo que obedecia às normas, as quais deveriam ser observadas na escrita da época. A narrativa mítica perde a sua identidade de narração livre e torna-se um discurso medíocre, que a partir de agora está preso às regras linguísticas. As regras da escrita prendem o mito, pois, agora o próprio texto terá que se sustentar autonomamente, deverá ser escrito de forma que possa sustentar-se a si mesmo, ou seja, as “regras exigem de um discurso que este seja a cada momento capaz de prestar contas a quem as pede ou, o que dá no mesmo, de prestar contas a si, dando claramente a entender do que fala como fala do assunto e o que diz ele. (Seleprin, 2010, p. 6)

Fiker, nessa mesma perspectiva, explica que o mito é uma narrativa de “forma literária”, se dando a partir da narrativa oral. Mas essa “forma literária” é lhe dada posteriormente, ao ser registrado pela escrita, com finalidade sacerdotal.

Esta lhe é dada *a posteriori*, ao ser escrito ou anotado, com finalidades sacerdotais, por exemplo – no interior ainda do universo mítico, mas

subordinado a uma sintaxe diversa da do enunciado oral, ou já fora do seu ambiente original, como tema literário ou *espécimen* coletado pelo etnólogo, arqueólogo ou algum outro habitante do *logos*. (Fiker, 1984, p. 17)

E, ainda que o mito, inicialmente, sirva como transmissor de sabedoria, a partir das histórias narradas, pouco a pouco, é substituído pela argumentação, característica específica da linguagem científica.

O mito serve de início para a transmissão de uma sabedoria e sua linguagem narrativa é substituída paulatinamente pela linguagem argumentativa própria do discurso científico, que já não visa à sabedoria, mas ao conhecimento. A ascensão histórica do discurso argumentativo tem portanto como contrapartida o desprestígio da sequência narrativa nas diversas esferas (filosofia, teologia, etc.). À ciência, - assim como era a função do mito, e ainda o é em algumas culturas - cabe então explicar os fenômenos que ultrapassam a dimensão do cotidiano, tarefa que ela desempenha com os recursos argumentativos do comentário, da explicação ou da análise. (Fiker, 1984, p. 17)

### 3.2 – Mito e criações: uma abordagem cristã/religiosa

O mito é algo imprescindível para a vida humana, assim como os ritos, visto que eles engendram as explicações da existência humana e de todas as coisas. Mesmo considerando as transformações ocorridas no mito, em plena contemporaneidade, ele ainda serve de revisitação para tentar explicar fenômenos que a ciência, por si só, ainda não conseguiu responder.

[...] os mitos são responsáveis por toda clareira de compreensão significativa, que dá possibilidade ao homem de viver e de lutar, contra tudo que lhe é adverso. Sem os mitos, os grupos humanos sucumbiram. Nos ritos, os antigos viviam os seus mitos. Pelos ritos, o homem é chamado a ser parceiro de dos deuses, na obra de manter os cosmos, na pujança e na originalidade. Os ritos visam a isso. Eles não são gestos mortos e estereotipados. São atos de recriativos. Se os ritos não se derem, o universo se desorganiza, a vida estiola, o caos se reinstala. Participando dos ritos, o grupo vive o dinamismo original. O mito é, portanto, conclamação para compromisso histórico, convocação para a ação. (Lara, 1986, p. 56)

Além dessa importância do mito e dos ritos para a existência, pode-se perceber que os mitos, também, são de grande importância ao sagrado, visto que alguns são relatados, até mesmo, na Bíblia. Evidencia-se, então, que mitos, lendas, o cristianismo, colaboraram para a construção da identidade, e o medo origina-se frente a essas manifestações religiosas.

Lara (1986) ainda evidencia que a natureza, por um olhar mítico, não é um aglomerado de existências ou de regras, e sim um conjunto de coisas e de seres que estão

interligados, mas cada um com sua originalidade e sentido. Germinando-se de um “fundo misterioso e sagrado”, o que é vital para estruturação do universo, visto que fora dele, se instala o caos, pois os deuses se encontram em tudo, perpetuando a vida e a história.

A natureza não é, para a visão mítica, um amontoado de seres, nem uma teia de leis, mas sim uma totalidade quase orgânica, na qual tudo se prende a tudo, tudo tem seu lugar e seu sentido, tudo brota daquele fundo misterioso e sagrado, que são as origens, no sentido mais radical do termo, e tudo retorna a essas origens. O sagrado é, assim, a categoria fundamental. É a partir do sagrado que o universo se estrutura, torna-se cosmos, ou seja, harmonia e beleza. Fora do sagrado, está o caos, que é profano. O sagrado, porém, não é transcendência longínqua ou distante, mas transcendência irrompente: os deuses estão, potencialmente, em tudo, garantindo a perenidade da vida e da história. (Lara, 1986, p. 55 – 56)

Na perspectiva de Fiker (1984, p. 13), o cosmo não se separa do consagrado, e “a instauração de um cosmos, constituindo uma ordem universal, abre um espaço sagrado no qual impera o necessário”. Neste a “ordem e necessidade” são elementos de caráter sagrado, que constituem o cosmo, ao contrário do caos, “que é profano e dominado pela contingência”.

Embora a utilidade de uma noção pouco precisa como a de sagrado para o conhecimento do mito passa ser proposta de dúvida, a frequência com que esta característica do mito é empregada para diferenciá-lo – com êxito – de outras narrativas que se assemelham é indicadora de que tal procedimento pode ser proveitoso. [...] O mito como um relato de um acontecimento ocorrido no tempo primordial, descrevendo as diversas irrupções do sagrado (ou do sobrenatural) no mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente *fundamenta* o mundo e o converte no que é hoje. Sendo uma história sagrada, o mito é, portanto, considerado uma história verdadeira, porque sempre se refere a realidades. (Fiker, 1984, p. 13)

Ao separar esse tipo de narrativa de sua característica sagrada, há uma contestação de seu poder sobre os homens, tornando-os “um objeto de manipulação”, fazendo com que a narrativa mística perca sua originalidade e seu caráter sagrado, para impor sua autoridade, surgindo, assim, “um processo de dessacralização seguido de manipulação”.

A medida em que a narrativa mítica se desprega de seu caráter sagrado, dá-se simultaneamente que a realidade dos eventos a que se refere é contestada e seu poder sobre os homens – já esvaído – passa a ser objeto de manipulação. Numa fase já mais adiantada deste processo e paralelamente a ele, já não é sequer a narrativa original ou seus elementos que pretendem o *status* de sagrado e reivindicam autoridade, mas seu sucedâneo meramente mítico e não necessariamente narrativo. (Fiker, 1984, p. 13)

Percebemos, assim, o mito, na interpretação de muitos estudiosos, como fontes reveladoras de verdades naturalistas e morais, em que “viam nele uma maneira de

preservar a autoridade da tradição e as prerrogativas religiosas do Estado” (Fiker, 1984, p. 14). Considerando o mito como elemento de distorção dos acontecimentos históricos e naturais, introduzidos para auxiliar na autoridade de sacerdotes e reis, podemos exemplificar que a figura do diabo é uma representação mitológica, assim como já explicamos sobre a figura e simbologia do mal, no capítulo anterior.

Assim, com o advento da era cristã, uns teólogos utilizaram argumentos contra os “mitos pagãos”, enquanto alguns filósofos tinham o comum consenso de que os mitos não deveriam ser utilizados em seu sentido literal. Interpretavam, também, as “narrativas do Velho Testamento”, de forma literal e alegórica, considerando sem relevância os mitos pagãos, que, a partir desse enalce, passaram a ser conhecidos como fantásticos e sem credibilidade.

No início da era cristã os argumentos epicuristas e o evemerismo são usados pelos teólogos contra os mitos pagãos, enquanto os filósofos estóicos e neoplatônicos – que sempre concordaram em que os mitos não deviam ser tomados literalmente – combatem a pretensão cristã à revelação divina exclusiva. Teólogos cristãos e hebreus como Filo e S. Agostinho, interpretaram as narrativas do Velho Testamento alegórica e literalmente, dispensando tratamento diverso aos mitos pagãos, que a partir daí começaram a ser vistos no Ocidente como “mitos” no sentido de narrativas fabulosas e indignas de crédito. (Fiker, 1984, p. 14)

Mesmo, em meio a tantas conotações, subsidiando na elaboração de uma verdade ou algo fabuloso, desde os tempos mais antigos, o mito é evidenciado nos mais diversos estudos, uma vez que a humanidade tenta sempre encontrar uma explicação – natural ou sobrenatural – para a sua existência.

Segundo Cruz, o que não se pode deixar sem evidenciar é que, até mesmo, a **Bíblia Judaico-Cristã** relata inúmeros mitos sobre a criação da vida e do mundo. Como exemplo, podemos citar o livro de *Gênese*.

Nesta narrativa, o sopro de Deus. O *Ruaj de Elohim*, se movia sobre o abismo, criando em primeiro lugar a luz, e depois fazendo surgir no cosmo os astros e as estrelas, e fez ainda a separação das águas inferiores das águas superiores. Das águas inferiores ele fez aparecer a terra e nela colocou as pedras, vegetais, animais e homens. Tudo isso encontra-se registrado no Livro de Gênese, 1: 1-31.

Há também um relato sobre a criação do cosmo, mais antigo que o mencionado. Trata-se de uma narrativa configurada à luz da *Tradição Yavista*, segundo a qual do barro primordial de *Yahvé* formou o homem e soprando nas suas narinas o *Sopro da Vida*, deu-lhe a alma, conforme a sua imagem e semelhança. (Cruz, 2014, p. 8 – 9)

Atualmente, esta tradução é encontrada em uma linguagem mais atual, segundo os relatos da tradição cristã, dizendo que:

No princípio, criou Deus os céus e a terra. A terra era sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava sobre as águas, e disse Deus haja luz; e houve luz. [Gen. 1: 1 – 3]

Assim seguiu Deus criando todas as coisas, criou Deus os astros e as estrelas, separou a noite do dia, fez separação das águas e da terra, nas águas ele criou todos os animais marinhos, e na terra ele criou a natureza, e seus animais. E por último criou Deus o homem à sua imagem e semelhança. O homem foi criado da seguinte forma:

Não havia ainda nenhuma planta do campo na terra, pois ainda nenhuma erva do campo havia brotado; porque Deus não fizera chover sobre a terra, e também não havia homem para lavrar o solo. Mas uma neblina subia da terra e regava toda a superfície do solo. Então formou Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego da vida, e o homem passou a ser alma vivente. [Gen. 2: 5 – 7] (Cruz, 4014, p. 9 – 10)

### 3.3 - Mitos e Lendas na construção do imaginário e da identidade

Todo ser humano, em algum momento de sua vida, escutou algum tipo de história, seja ela mitológica ou lendária. Mas qual seriam os impactos que esse contato pode propiciar? É o que tentaremos evidenciar.

De acordo com Lara (1986, p. 54 - 55), o mito revela uma verdade que é impossível de ser respondida pela ciência e pela filosofia. “O mito definiria, portanto, nível epistemológico próprio. A estrutura da realidade objetiva, de um lado, e da consciência humana do outro lado, é que o tornaria possível e o requereria”. E que algumas verdades só se revelariam a partir do mito. “Além disso ele continuaria existindo, não por atraso ou deficiência na evolução histórica, mas por exigência estrutural antropológica”.

Sendo assim, o imaginário do ser humano é um fator contribuinte para a longevidade do mito e da lenda, visto que ambos contribuem na construção da cultura identitária de uma sociedade. É a partir dela que se tenta fundamentar a realidade, a criação das coisas e do mundo, se fazendo presente nas mais diversas culturas.

As lendas e os mitos fazem parte da cultura de inúmeros povos. Esses discursos trazem consigo uma série de características que partem da tentativa de explicar a realidade como resposta à criação e origem das coisas, e se mesclam no imaginário popular ganhando traços que são únicos de cada comunidade na

qual essas narrativas são aceitas e transmitidas, tendo a oralidade como veículo propagador. Essas histórias de caráter sobrenatural assumem-se como pertencentes a uma realidade cultural complexa. (Nascimento, 2022, p. 1536)

Nesse sentido, o autor diz que as narrativas orais são contribuintes na formação das “estórias” sobrenaturais, assim como na transmissão dessas para as demais gerações, levando-as a fazer parte da cultura de um povo.

Desde a formação dos primeiros aglomerados, das primeiras comunidades, o ser humano destaca-se por sua grande capacidade de criar mecanismos que lhe proporcionem uma melhor maneira de viver e ver o mundo, e de lidar com os mais diversos acontecimentos que lhes são oferecidos no decorrer de sua vida. No entanto, o ‘poder da mente’ é sempre usado na tentativa de um desenrolar dos acontecimentos e na fabricação de uma saída para as mais diversas ‘enroscadas’. “Este divertimento do povo é sua aspiração secreta, sua busca espiritual de um mundo maravilhoso onde impere o valor do homem, e onde as leis, tão detestadas, sejam abolidas”. Todo esse imaginário é responsável pela construção e identificação de inúmeras culturas, pois caracteriza, denomina e sela os espaços no qual este é elaborado. (Nascimento, 2022, p. 1537)

De acordo com esta afirmativa, a “cultura popular tem como essência o imaginário”, e é neste mundo raro que a imaginação é tecida, renunciando as sensações que fazem germinar as “lendas, mitos, crendices, superstições” e demais artefatos que compõem uma cultura.

A lenda já existe há muitos séculos, e foi desenvolvida com as preocupações comuns de todas as culturas, e as questões articuladas são no intuito de tentar explicar o que se vê no entorno, principalmente, fatores como: medo, ansiedade, controvérsias e o coíbio “que uma sociedade precisa simbolizar, até certo ponto inconscientemente, em forma de narrativas”. Estas que indagariam as concepções de mundo validadas em uma comunidade, se tornando um elemento crucial na assimilação de hábitos e crenças de diversas comunidades humanas.

Essas narrativas orais têm se perpetuado com o tempo, e, com isso, vão sendo observadas e interpretadas de forma diferente, ao passar dos anos, assumindo um papel relevante nessa migração, além de se tornar, atualmente, “um dos principais meios de transmissão dessas histórias miraculosas do sobrenatural”.

Sendo assim, ao passo que o homem tem andado e conquistado novos espaços e terras, construindo comunidades, e se organizando enquanto ser social, tem levado consigo uma variante incalculável de conhecimentos e memória, cuja bagagem foi sendo repassada durante as gerações tendo como principal via de comunicação a linguagem oral, ou seja, a fala. “A lenda na sua forma oral, faz

um passeio no imaginário popular levando os fatos históricos em deformação, [...] e é justamente essa deformação que depara-se como instrumento favorável de mudanças e transformações. (Nascimento, 2022, p. 1538)

Nascimento (2022, p. 1540) ressalta, ainda, que se pode considerar a lenda como um elemento de suma importância na “construção de uma identidade social, cultural, local e até mesmo religiosa de determinado grupo em determinado tempo e espaço”. E que, “vivemos de acordo com nossas lembranças, memórias, hábitos, condicionamentos e aprendizados culturais transmitidos e a nós ensinados por outros que vem de outros tempos” (Nascimento, 2022, p. 1542).

O fato é que não se sabe, ao certo, como essas histórias percorreram todo o globo, chegando até aqui, mas acredita-se que, com as guerras e com as grandes navegações, tornando possíveis suas propagações. “Desde as viagens do navegador italiano Cristóvão Colombo por águas desconhecidas é presente em seus discursos narrações mistificadas que relatam a presença de seres sobrenaturais que habitavam as grandes águas e espantavam aos navegantes” (Nascimento, 2022, p. 1544).

Entretanto, estudiosos apontam que o mito passa a ser contribuinte na formação e função social, pois são necessárias suas retomadas para explicarem tradições, criação de deuses, além da tentativa de conceituar coisas abstratas, que se constroem como verdades a determinados grupos e/ou movimentos históricos.

Outros estudiosos, ainda, abandonaram a preocupação pelo possível valor objetivo dos mitos e se esmeraram em descobrir-lhes a função social. Segundo eles, as instituições, para se justificarem e se firmarem, têm necessidade dos mitos. A missão deles, portanto, é de geradores e confirmadores das tradições, fazendo-as remontar a origens sagradas de deuses e heróis. Satisfazem a essa exigência até conceitos abstratos como revolução, liberdade, que passam a constituir-se em verdadeiros mitos, para determinados grupos ou movimentos históricos. (Lara, 1986, p. 55)

Até aqui foi abordada a importância do mito e da lenda para uma construção identitária social. Mas, diante disso, o que seria o mito e a lenda? O que os diferencia ou os torna comuns? Nessa perspectiva:

A lenda pode ser entendida como uma narrativa fantasiosa transmitida pela tradição oral através dos tempos. O mito procura explicar os principais acontecimentos da vida, os fenômenos naturais, a origem do mundo e dos homens, das coisas. São narrativas tradicionais, com características simbólicas e explicativas. [...] conhecer os mitos é aprender o segredo da origem das coisas. [...] Se conhecer os mitos é aprender a encontrar as coisas, conhecer as

lendas é assumir a missão de abolir o real para que este não desapareça. (Nascimento, 2022, p. 1544 – 1545)

O autor ainda expõe que o processo identitário é oriundo da cultura, sendo elemento vital para a sobrevivência das comunidades, pois é esta cultura a incumbida de representar a vida de um povo em determinado período da história. “Esse enquadramento se dá por meio de um conjunto de fatores (crenças, aspirações, valores, normas, emoções, etc.), que possibilitam a construção do ser humano, enquanto ser social e cultural” (Nascimento, 2022, p. 1548).

Por mais que mito e lenda configurem termos distintos, estes são importantes patrimônios imateriais das comunidades e das regiões onde são evocados, tornando o mundo natural e sobrenatural como vitais para o ser humano, por estarem ligados a valores e crenças.

O mito e as lendas estão intimamente ligados aos valores, à simbologia, e às crenças, que não só influenciam a forma de como vê aquilo que nos rodeia, como também o nosso interior. Estão intimamente relacionados com a identidade cultural das localidades e com a cultura dos povos.

Essas narrativas passam a ser um importante elemento do patrimônio imaterial das comunidades e regiões em que essas histórias são evocadas. A sobrevivência dessas histórias é uma das evidências de como a relação entre o mundo natural e o sobrenatural ainda tem importância vital para a população. (Nascimento, 2022, p. 1548)

É importante repisar que, tanto a lenda quanto o mito, são imprescindíveis para se conhecer a história e a cultura do ser humano, visto que o homem tenta se explicar em meio a esse universo repleto de indagações.

### **3.4 – Mitos na atualidade**

A partir do mito, é possível conhecer os feitos de alguém, em um outro momento, e possibilitar a exclusão de dúvidas. No mundo atual, o homem é cercado por vozes e seus dizeres o tempo todo, e para a compreensão desse processamento, a “linguagem e o conhecimento dos mitos são fundamentais para que se possa aprender a decifrar os símbolos” (Selepin, 2010 p. 8).

Atualmente, na sociedade, podem ser constatados diversos comportamentos míticos. De um lado, estão presentes, em imagens e comportamentos impostos a

sociedade, por meio da mídia, “fenômeno que é mais perceptível principalmente na sociedade dos Estados Unidos. As personagens das histórias em quadrinhos trazem presentes em seus desenhos e em seus diálogos os heróis mitológicos ou folclóricos”. (Selepin, 2010, p. 10)

E, por outro, na obsessão pelo sucesso, algo fortíssimo na sociedade moderna, “pois, a pessoa projeta nos heróis míticos que são apresentados pela sociedade o seu obscuro desejo de transcender a condição humana” (Selepin, 2010, p.10).

O homem contemporâneo, embora cercado pela ciência e pela tecnologia, é contribuinte das tradições mitológicas e as aceita, sem contenda, porque elas fazem parte da sua criação cultural. As figuras míticas são personagens como heróis e bandidos, monstros primordiais (representações da força cega da natureza) e a própria automação, que é a criação *prometeica*. A magia da imaginação mítica motiva o aparecimento de *leitmotvs* da criação literária como os filtros de amor ou as poções mágicas, que antecipam a alquimia e os modernos analgésicos. (Cruz, 2014, p. 7)

Mesmo com os mitos tendo sofrido uma ressignificação ao longo dos séculos até os dias atuais, eles ainda têm suas valias, pois percorreram os caminhos mais significativos da existência, relevantes e vias de “comportamentos válidos”, sendo, portanto, a “teorização possível, nas épocas remotas da história e guiaram a humanidade durante milênios no seu caminhar pelo tempo”.

Com isso, eles não podem se tornarem apenas um simples “delírio da fantasia ou atestado de incompetência racional. Neles, pelo contrário, sente-se pulsar o questionamento que, mais tarde, a razão explicitará melhor. Tanto é verdade que os animais não criam mitos” (Lara, 1986, p. 56).

O autor, ainda, espera que os fundamentos existentes no mito não tenham o mesmo “desempenho e as categorias, às quais chegou”, e que, mesmo após vários séculos, sua idoneidade não seja invalidada, considerando, contudo, a abordagem fantástica da realidade. “É forçoso, porém, reconhecer os limites desta abordagem fantástica da realidade que é o mito”. Sendo que é essa “abordagem fantástica” que possibilitou ao homem viver “significativamente” unificado, de forma dinâmica, e contribuindo com os grupos humanos em suas lutas (Lara, 1986, p. 57).

O mito não é algo que está preso à história, lá no passado, ele continua dizendo que é o mundo, o que é o homem hoje, e não apenas porque num determinado momento a ciência não mais conseguiu responder ao homem a sua situação,

sua condição no mundo. O mito traduz muito do que nós somos no dia-a-dia, nós falamos de coisas que são míticas. Mito não é nada mais que explicar o seu lugar, onde o homem pós-moderno vê na sua forma de contato com o mundo um constante retorno aos tempos em que a simplicidade, a harmonia e a paz reinavam livremente. (Seleprin, 2010, p. 14)

Dentre todas as informações contidas neste capítulo, é importante esclarecer que não é intuito deste trabalho adentrar nas mais complexas definições ou transformações do mito na sociedade, mas se faz necessário um recorte da sua história, para adentrarmos nos assuntos dos capítulos futuros.

### **3.5 – O medo como constituinte de controle sociocultural.**

Como vimos, o medo no ser humano é um mecanismo de alerta, e, ao mesmo tempo, algo que pode controlar o indivíduo ou um grupo social. Com isso, percebe-se que o medo é indicador de controle social. Mas o que poderia ser esse controle social? Quais seriam suas visões e consequências?

Santos (2009, p. 46) afirma que laborar com concepção de “controle social”, atualmente, “pode ser extremamente perigoso, principalmente ao tentar estabelecer um único significado para um conceito já tão problematizado por diversas tradições teóricas [...]”. E que, para melhor entendimento, vale ressaltar que essa conceituação indica:

[...] que as práticas sociais específicas corresponde, recuperar as diferentes respostas dos agentes submetidos ao mecanismo de controle, mostrar que essas práticas podem ser produtivas e não apenas repressivas, já que podem produzir comportamentos em indivíduos e grupos sociais e não somente restringir e controlar as ações, além de evitar na análise uma dicotomia pura do Estado/sociedade, pensando nas práticas de controle constituindo-se na relação entre as diversas dimensões institucionais da modernidade e não cair numa visão por demais finalista da racionalidade dos mecanismos de controle social. O “controle social” será então analisado como mecanismos que não necessariamente controlam, mas sobretudo produzem comportamentos adequados ou não a uma determinada norma estabelecida. (Santos, 2009, p. 46)

Contudo, o foco da pesquisa não é aprofundar nas questões de controle social, embora seja pertinente a retomada de um contexto social e histórico da origem das religiões afro-brasileiras, para o entendimento do medo social e sua proximidade com o

preconceito, tanto racial quanto religioso. Nossa vertente se embasará nos preconceitos estrutural, religioso e recreativo, assim como suas influências no comportamento daqueles que as praticam ou não.

A própria história nos revela que os africanos no Brasil sempre foram alvo de preconceitos racistas e de descaracterização de suas personalidades pela colônia, levando-os a denegar sua história cultural e sua própria existência.

Como características marcantes da história do povo negro no Brasil, encontramos o racismo, onde procura de várias maneiras fazer uma descaracterização de sua personalidade de negro na sociedade colonial: negando sua história; sua cultura; sua própria pessoa; por fim o sentido da beleza física e da poesia (sentimento de seus desejos e formas de viver), dessa forma negavam seu direito de pensar sua existência, e construir sua própria História. (Santos, 2009, p. 47)

Contudo, eles também ainda eram discriminados no núcleo econômico, religioso e social. Isso mesmo, nesse período (séculos XV e XVI), estando vigente o processo de colonização das américas, no qual os negros eram as máquinas de lucro que sustentavam as grandes metrópoles.

Essa discriminação também passava pelos eixos da economia, religião e sociedade. Nos séc. XV e XVI, o que dominava era o capital econômico em mãos dos europeus que ansiosos por colonização exploravam as Américas. A força do trabalho negro era vista integrada as máquinas de produção de lucros. O sistema mundial se organizava a partir da relação metrópole-colônia sustentada por braços de escravos. (Santos, 2009, p. 47)

No que se refere à religião cristã, esta discriminou pelo viés da evangelização, todos os cultos africanos, reprimindo-os com a conversão católica, que era a oficial naquele momento. Já os negros, com medo de repressões, cultuavam, em meio à clandestinidade, as suas práticas, para que sua memória cultural não se perdesse em meio a seu povo.

Quanto ao eixo religioso, aconteceu a discriminação por meio da evangelização cristã que não valorizou e nem considerou os cultos africanos e ameríndios em sua comunidade, ao contrário, tais cultos foram reprimidos. Com isso a “conversão” de muitos dos escravos à religiosidade oficial católica, mascarando suas crenças através de sincretismos, e mantendo viva muitas de suas práticas na clandestinidade com medo as forças da repressão tornam-se exemplos de forma que permitiram a permanência das redes sociais da memória africana no Brasil. (Santos, 2009, p. 47)

Um outro ponto importante, evidenciado pela autora, é como a perspectiva da sociedade enxerga o negro, tudo relacionado a sua cor e aparência. “Perspectiva que vê no negro sinal de criminoso, ladrão, marginal, esquecendo que não necessariamente a cor

ou o status faz a pessoa, por isso ser necessário um olhar diferenciado que permita abrir espaço de inserção na sociedade independente de sua etnia”, (Santos, 2009, p. 47)

Percebe-se, então, que todo preconceito e medo são justificados pelo seu passado de repressão e discriminação desprovidos de embates. Embora, atualmente, há diversas formas de enfrentamento a esses atos, assim como implementações de leis na área educacional, no intuito de desmistificar os males internalizados em relação aos rituais e pertencimento. Mas, mesmo assim, a tarefa é árdua, pois há falta de conhecimento no que diz respeito à cultura, assim como há a resistência por parte dos educadores, por não considerarem necessário o aprofundamento nas religiões afro-brasileiras.

Este medo e preconceito, sempre justificado a um passado histórico de sua manutenção, porém com poucas ações de enfrentamento. Sabemos que hoje nos disponibilizamos de vários meios para este enfrentamento como a implementação da lei da educação, favorecendo estudos afros como disciplina e assim colocando a nossa disposição elementos para desmistificação quanto a maleficidade de seus rituais e pertencimento. São muitas as dificuldades de efetivação da lei no âmbito escolar, por motivos do desconhecimento da cultura, da própria resistência de alguns professores alegando que não vê necessidade de um aprofundamento por medo de contatos com elementos dessas manifestações e outros empecilhos. (Santos, 2009, p. 47 – 48)

Nessa percepção, o medo faz parte da existência humana, e sendo empregado ao longo de sua trajetória, servindo, muitas vezes, como “instrumento de poder” e de capacidade de demarcação entre grupos específicos.

O medo então, servindo como instrumento de poder, tem a capacidade de demarcar espaços entre grupos distintos, como entre grupos de religiões de raízes diferenciadas que buscam hegemonia sobre o credo de um mesmo povo. Mas o emprego do medo notadamente não é estratégia de um único lado, porém as formas de emprego e as “armas” ou artifícios que dispões para instigar o medo dentro de uma relação de força historicamente desigual se apresenta notadamente inscrita em contextos diferenciados. (Santos, 2009, p. 62)

Após as fundamentações teóricas, expostas em todo o *corpus* do nosso texto, trataremos, a seguir, acontecimentos vivenciados na relação aluno/professor/escola, e os seus medos como controle social, os quais exemplificarão e sustentarão as hipóteses levantadas para a nossa pesquisa, assim como trarão luz às supostas ações que fomentarão e serão atos preventivos a preconceitos oriundos das práticas de fé.

## CAPÍTULO 4

A **mudanças temporal** é configurada como um processo no qual os seres humanos envolvidos podem encontrar a si mesmos e querem viver. O passado se torna história, o ontem se torna melhor. Cada ser humano é, em princípio, um (pequeno) Hamlet que tem de dizer para si mesmo: [...] O mundo está fora dos eixos. Mas que maldição eu ter nascido para endireita-lo.

(RUSEN, 2014, p. 183)

### Educação e apagamento histórico

Aqui faremos uma retomada histórica, com o intuito de entender os caminhos que o ensino de história percorreu, para chegar ao apagamento histórico de algumas figuras que se fazem muito necessárias, como também, ensejamos entender o que impede que as leis realmente venham a ser executadas em sala, propondo, assim, um material que auxilie o aluno a entender um pouco sobre as religiões afro-brasileiras.

Nesse contexto, percebemos que o apagamento histórico de toda a cultura afro foi e vem sendo um processo de articulações sociais, políticas e educacionais, visto que toda a prioridade dos fatores, e, principalmente, de suas influências, se pautavam na cultura estigmatizada e eurocêntrica. “Os espaços do sagrado negro são *locus* enunciativos que operam na recomposição dos seres alterados pela violência colonial” (Nogueira, 2020, p. 56).

Percebe-se, então, que a cultura afro, assim como seus atos de fé, sofreram alterações e apagamentos ao longo da história, a partir da violência sofrida por imposição dos colonos, haja vista que “o racismo religioso tem como alvo um sistema de valores cuja origem nega o poder normatizador de uma cultura eurocêntrica hegemônica cristã (Nogueira, 2020, p. 56).

Nesse propósito é evidente que “na sociedade do esquecimento e do apagamento, sobretudo de memórias e corpos pretos, mas também das próprias memórias e dos próprios corpos, é impensável a existência de uma religiosidade que retorna no tempo para se compreender e até para (re-)existir” (Nogueira, 2020, p. 56).

Outros fatores, também, colaboraram para o esquecimento/apagamento da história dos afrodescendentes, assim como as normas que proibiam as suas práticas religiosas, no intuito de centralização de poder em específica classe social, no caso, a branca dominante.

Com a presença de normas que restringiam severamente a liberdade religiosa, dessa forma visando coibir práticas religiosas que fugissem ao controle do poder central, havia uma razão importante para justificar sua existência: a manutenção do poder nas mãos de uma classe social, assim levando consideráveis civilizações, ao longo da História, a perseguir impetuosamente determinadas manifestações religiosas, penalizando seus agentes intensamente através dos séculos, com a finalidade do poder nas mãos das classes dominantes, garantindo seu domínio sobre o resto da população. (Nogueira, 2020, p. 47)

Logo, o cristianismo surge na Palestina, local dominado pelo império romano desde 64 a.C., e sua ideia de redenção, ganhou força e mais seguidores.

Os convertidos passavam a renegar as práticas religiosas públicas comuns à cultura romana, como sacrifício aos deuses. Tal atitude gerava incômodo ao poder político-religioso instituído, sendo um dos motivos da perseguição aos cristãos, visto que a Roma pré-cristã permitia o culto doméstico e a liberdade de crença, desde que “não ameaçassem os cultos públicos através de práticas e conhecimentos secretos, e representassem uma alternativa de identidade religiosa”. (Nogueira, 2020, p. 48 – 49)

A partir desse momento, a pluralidade de crença é substituída por uma fé que não fosse a do cristianismo. O poder monoteísta se tornou cada vez mais forte, e juntamente a ele, a Igreja passou a ter valorizada voz e participação nas questões sociais e políticas, dando origem à união entre Igreja e Estado.

As maiores atrocidades da história, incluindo conflitos religiosos, ocorreram quando houve união entre a Igreja e o Estado. Isso ocorre porque o poder temporal aliado ao poder espiritual resulta em um poder muito grande para ser gerado pelos homens. Isso apenas confirma as desastrosas atitudes e decisões políticas que decorrem das relações promíscuas entre o Estado e a religião. (Nogueira, 2020, p. 51)

Em meio a todos esses acontecimentos e atrocidades, os adeptos a essas tradições religiosas passaram a optar pelo apagamento de suas tradições e atos de fé, visto que, agindo dessa forma, eles se sentem mais seguros, pois “da invisibilidade e até do medo dos adeptos das tradições religiosas de origem africana se identificarem como

umbandistas, candomblecistas, de terreno ou do axé, o ato de se esconderem a fim de se tornaram invisíveis – sempre mais seguro do que a visibilidade” (Nogueira, 2020, p. 76).

Dessa forma, é melhor se identificar como sem religião, que pertencer a uma religião afro, pois, no Brasil, se conduz ao apagamento dos não tolerados.

Certamente, a vergonha, a estigmatização, o racismo e o apagamento de pessoas de terreiro apontam para a estratégia de se esconder atrás da indicação de pertencimento religioso ligado às expressões religiosas hegemônicas e brancas, a outras religiosidades ou até a ausência de religião. É preferível até se identificar como não religioso a pertencer a uma religião de origem preta.

[...]

É certo que a intolerância religiosa no Brasil conduz ao apagamento dos não tolerados. Ninguém ficaria confortável na posição de suportado, embora não aceito ou respeitado. (Nogueira, 2020, p. 78 -79)

#### **4.1 – Intolerância e Racismo Religioso e seu amparo legal (in)visível**

Em meio a tantas ações de discriminação e intolerância vividas no Brasil, sabe-se que existem leis e legislações que regem e amparam legalmente as práticas das religiões afro. O inconcebível é saber que, mesmo tendo leis e legislações vigentes, a grande maioria da população não as conhece, visto não ter conhecimento, torna-se comum o seu não cumprimento, talvez, isso justifique as atrocidades que presenciamos diariamente.

Articuladas em torno da promoção dos direitos humanos e da liberdade religiosa de matriz africana no Brasil, as organizações promovem o fortalecimento institucional das organizações não governamentais, organizações religiosas e outros movimentos, de religiões de matriz africana, gradativamente, ampliando a capacidade dessas organizações para a incidência nacional e internacional para a garantia dos Direitos Humanos e à liberdade religiosa. (P.G.R.R.B., 2023, p. 4)

Ainda, segundo o Panorama Geral do Contexto de Racismo no Brasil (2023, p. 4 - 5), um dos principais desafios relacionados ao racismo “é o de ampliar a participação dos grupos afetados nas soluções para impedir maiores consequências”, assim como diálogos entre os poderes públicos – “executivo, legislativo e judiciário” –, no intuito de efetivar políticas públicas reparatórias e de “proteção às pessoas que enfrentam as consequências danosas do racismo religioso”.

O racismo contra as religiões de matriz afro-brasileira é histórico, sistemático e estrutural. Apesar da existência de vários dispositivos legais legitimados pelo ordenamento jurídico brasileiro, a efetividade dos instrumentos de tutela da liberdade religiosa e de crença não é concreta para nós, povos de terreiro, que continuamos a ser destruídos por práticas que promovem o apagamento da

nossa cultura tradicional, a invisibilização de nossos saberes e o não reconhecimento das nossas existências. Os adeptos dos terreiros perdem o acesso aos seus direitos básicos, consequência da violência sustentada institucionalmente e reafirmada socialmente pelos contextos históricos que negligenciam no que concerne o não reconhecimento de direitos da população negra e consequentemente suas expressões religiosas afro-brasileiras. (P.G.R.R.B., 2023, p. 5)

Por conseguinte, com a primeira constituição, o país se torna laico, separando os poderes político e religioso, originando a liberdade religiosa, o que não impediu que as perseguições continuassem.

É somente com a primeira Constituição da República, em 1891, que o Brasil se torna um Estado laico e prevê a separação entre religião e poder político. A partir daí a liberdade religiosa passou a ser defendida por lei, mas isso não impediu, na prática, a perseguição às religiões afro-brasileiras que, inclusive, tinham seu status de religião questionado, sendo subjugadas como feitiçaria, magia e curandeirismo. Nesse processo de separação entre Estado e Igreja, a questão passa a ser quais eram os ritos presentes na sociedade legitimados e reconhecidos como religião e, por conseguinte, quais poderiam ou não gozar do direito à liberdade religiosa.

[...]

A perseguição religiosa perpetrada contra as religiões de matrizes africanas marca, em níveis diferentes, toda história do Brasil (seja no período colonial ou no período imperial) resistindo, inclusive, a todo processo de democratização que se inicia com o advento da República brasileira, que tem seu apogeu, apenas, com a promulgação da Constituição de 1988. (P.G.R.R.B., 2023, p. 8 - 9)

Portanto, é evidente que entender

o racismo como uma estrutura de poder entranhada nas esferas políticas, culturais, religiosas, psíquicas, simbólicas, imagéticas e sociais que como tais fertilizam um solo que legitima a demonização e a consequente perseguição às comunidades tradicionais de matriz africana (P.G.R.R.B., 2023, p. 11)

Por mais que a sociedade seja repleta de pessoas que perseguem os praticantes da fé afro, no entanto, não se pode generalizar, visto que se criaram leis, estatutos e decretos que garantem a liberdade religiosa, assim como a proibição de atos de discriminação e preconceito, assim como há penalidade àqueles que não a cumparam.

Decreto nº. 10.932/2022: ratifica a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (2013); Constituição Federal (1988): lei maior do país que garante o direito do livre exercício dos cultos religiosos, assim como a proteção dos locais de culto e suas liturgias (art. 5º, incisos VI ao VIII; art. 19, incisos I ao III; art. 210, §1º); Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas

terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”;

Lei n.º 7.716/1989: também conhecida como “Lei Caó”, a “Lei do Crime Racial”, define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Lei n.º 9.982/2000: dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares, públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares;

Lei n.º 9.394/2016: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e trata do tema da religião (vide art. 33, § 1º e § 2º);

Lei n.º 13.796/2019: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa;

Decreto n.º. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007: institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Lei n.º

12.288/2010: denominada de Estatuto da Igualdade Racial, visa garantir, à população negra, a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Trata, no capítulo III, do direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos.

Lei Federal nº 13.257/2016, dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e que também garante a pais, mães ou demais responsáveis, é resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas. (P.G.R.R.B., 2023, p. 58 - 59)

## 4.2 – Processo de ensino de História e apagamento

O processo de ensino desembarca no Brasil, por meio dos jesuítas, sob ordem do rei português, com o intuito de ensinar aos gentis a santa fé católica. Logo, “os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território. Por essa razão considera-se que a história da educação brasileira se inicia em 1549...” (Saviani, 2007, p. 25). E, durante muito tempo, todo o ensino era de forma eurocentrada e organizada para atender o Colonizador.

Em 1759 o Marques de Pombal expulsou os jesuítas e fechou escolas, com o intuito de passá-las as mãos do Estado, o que causou um dano enorme à sociedade brasileira, pois, a partir desse momento, o ensino não se preocupou com as necessidades do povo, mas em manter o poder centralizado na mão do Estado.

O processo de ensino- aprendizagem em história passou por várias transformações ao longo do tempo, mantendo-se sempre presente em todo o processo educacional, sofrendo influências das tradições europeias, ao longo do século XX. Fonseca nos conta (2010, p. 17) “O ensino de história do Brasil era visto em conjunto com a história universal numa posição secundária”. A disciplina de história era vista como redundante e influenciada pela política externa eurocentrada.

Havia uma junção entre história e geografia, dentro da disciplina de estudos sociais, que dividia o ensino de história, em período monárquico e outro republicano, e, ao longo do tempo, a política estabelece acordos com programas internacionais, dando novo contorno à educação, passando a ter contato com as histórias norte-americanas.

Durante o processo de estruturação do ensino de história, ela passou por várias subdivisões e influências, política e econômica, tornando-se, como nos fala Fonseca:

[...] objeto de controle dos conselhos superiores de educação e a discursão manteve-se, basicamente, limitada aos programas de ensino elaborados pelas Secretaria de Educação e aos livros didáticos escritos à semelhança dos livros didáticos escritos à semelhanças dos programas adotados em grande escala. A história ensinada, seja na disciplina estudos sociais nos anos iniciais, seja na disciplina de história nos demais níveis de ensino, foi alvo de controle e até mesmo pretexto para perseguições políticas durante a ditadura militar. (Fonseca, 2010, p. 19-20)

Os instrumentos reguladores da educação passam a organizar o que seria ensinado no meio educacional, levando alguns setores populacionais a questionarem o ensino que estava em constante construção. Fonseca (2010, p. 22-23) afirma que, nos anos de 1980, havia um grande debate sobre a necessidade de renovação das práticas do ensino de história. Ela nos elenca que essa nova proposta educacional se apoiava nas propostas marxistas, “a concepção de homem que produz o espaço e faz a sua história em determinado tempo”, ganhando contorno da história do trabalho.

Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: alteram a Lei n.º 9.394/1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”;

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4.439, de 27 de setembro de 2017: assevera a constitucionalidade do ensino religioso confessional, como disciplina facultativa dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Define o ensino religioso nas escolas públicas. Conteúdo confessional e matrícula facultativa. Respeito ao binômio “laicidade do estado x liberdade religiosa”; igualdade de acesso e tratamento a todas as confissões religiosas; conformidade com o art. 210, §1º, do texto constitucional; constitucionalidade do art. 33, caput e § 1º;. (P.G.R.R.B., 2023, p. 58)

Durante o contexto do processo de ensino-aprendizagem, observado do século XX, e a cada movimento político da sociedade, observa-se uma necessidade de mudança na disciplina de história. Isso acontece porque:

A história, pode ser uma disciplina formativa, que lida com a realidade social, e certamente algo do poder político nas diversas sociedades, sobretudo na sociedade não democráticas. O estado, por meio das políticas públicas, busca

desde cedo formar nas crianças determinadas noções de homem, sociedade, política, etc. O estado seleciona o que da cultura da história e da sociedade deseja ser transmitido as novas gerações. Por isso o currículo não é neutro. Ele é por definição, uma seleção cultural e política. (Fonseca, 2010, p. 24)

Várias discussões sobre a educação se fizeram necessárias, reformulando o ensino de história que adquiria contornos de disciplina, para atender a novas demandas da realidade social, em diferentes tempos, buscando dar voz aos excluídos, e romper com a formação tradicional, dando à história caráter formador de cidadania, que se consolidou com os parâmetros curriculares nacionais.

Todo o processo favoreceu a educação básica, como afirma Fonseca (2010, p. 27), sem, porém, melhorar os padrões educativos, tendo algumas disciplinas excluídas e outras reformuladas, e, mais tarde, implementadas pelas Lei de Diretrizes e Base da educação nacional. Entender a função desse órgão educacional nos faz compreender o papel da escola e a dinâmica dos conteúdos transmitidos aos alunos. Sobre o ensino étnico racial, a lei fala o seguinte:

TÍTULO II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Lei nº 9.394/1996

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

XII – consideração com a diversidade étnico-racial;

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Quando retomamos o ensino religioso, observamos que as instituições ganham contornos e liberdade para escolher qual caminho deseja seguir. Segundo a Lei nº 8.069,

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2o Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso

Ao longo do processo educacional, os conteúdos discutidos em sala de aula foram ganhando contornos sobre assuntos que a partir do movimento social passa a compor as discussões de sala de aula.

Ao revisar-se a história da disciplina, outros movimentos importantes merecem ser registrados e analisados as demandas dos movimentos sociais, a partir dos anos de 1970, em particular negros indígenas, contra os racismos, preconceitos, a marginalização e diversas práticas e formas de exploração. Esses movimentos, paulatinamente, foram conquistando o espaço por meio de lutas específicas no campo da cultura, da educação e da cidadania. (Fonseca, 2010, p. 31)

No ano de 1988, houve uma revisão na Constituição Federal do Brasil, em que o movimento negro obteve algum foco, com a implementação das cotas de ensino, cotas essas que favoreceriam a entrada dos negros na universidade, ou em concursos públicos, visto que, até aquele momento, o processo de aprendizagem não tinha foco nos movimentos negros, muito menos, na construção social, ou nas suas consequências escravocratas sobre a população do país.

Em um processo lento e demorado, e de muita articulação do movimento sociais no ano de 2003, a Lei Federal 10. 639 incluiu no ensino o conteúdo de história e cultura afro-brasileira, causando várias outras alterações em 2004, nos órgãos reguladores. Como nos fala o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Fonseca expõe que:

O artigo “26-A” trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e afro-brasileira e define “o que ensinar”, “o conteúdo pragmático”, “resgatando” a importância do estudo da Luta dos africanos e afro-brasileiros, da história e da cultura desses povos. O parágrafo 2º estabelece que os conteúdos devem ser objeto de toda as disciplinas, em especial das disciplinas educação artística, literatura brasileira e história brasileira. Registre-se que não é objeto apenas da disciplina história, mas também das correlatadas. (Fonseca, 2010, p. 33)

Na tentativa de suprir as lacunas educacionais sobre o ensino de história Africana e Afro-Brasileiras, em 2008, a lei de diretrizes e Bases da educação promoveu uma alteração, tornando obrigatório o estudo da História e cultura Afro-Brasileira e indígena, em todo o percurso educacional. A lei 11.645 sofreu alteração, acrescentando o ensino da história indígena ao conteúdo educacional.

As leis buscam uma alternativa para suprir uma lacuna de esquecimento histórico, que compõe nossa sociedade, e que se perpetuou durante longos períodos.

[...] o que os alunos aprendem e deixam de aprender - o que é e o que não é transmitido a eles cotidianamente nas nossas escolas - e mais ampla e mais complexo do que o prescrito em qualquer documento. O chamado currículo real, vivido, ativo, é construído tendo por base uma série de processos e significados que envolvem a cultura escolar e a cultura da vida cotidiana. (Fonseca, 2010, p. 45)

Por mais que há leis regulamentadoras para o ensino da história afro-brasileira no âmbito escolar, ainda é visível, dentre as práticas educacionais, lacunas de conhecimento e total desinformação sobre fatores componentes e formadores da educação. Toda essa observação sobre o ensino é apenas para ilustrar como o processo educacional deixou espaços em branco, na própria sociedade brasileira, que possui uma pluralidade étnica formadora.

Ao longo do tempo, as leis de diretrizes e bases vêm sendo aperfeiçoadas para melhorar a formação do indivíduo. Em 2008 a LDB, nº 10.639, determinou a obrigatoriedade da inclusão do estudo da História e cultura Afro-Brasileira e Indígena, que seriam aplicadas nas matérias de história brasileira, entre outras. Observados por Fonseca (2009), “debates e disputas teóricas e políticas em diversos espaços formativos, de produção e transmissão de saberes, visando a valorizá-los como um campo de saber fundamental para a formação crítica dos cidadãos e para construção de uma sociedade democrática”, dado que, somente por meio do ensino e da educação, se pode quebrar tabus em relação à cultura africana.

Após abordar, profundamente, a análise das leis, e entendendo suas aberturas, buscarei sugerir um material voltado à religião de matriz africana, que possa ser trabalhado em sala de aula.

## **ESTUDO DE CASOS**

### **Caso I – Racismo Religioso e Racismo Estrutural recorrentes em Instituições - Intolerância e Preconceito Religioso: vertentes oriundas de ataques e violências.**

Em dias atuais, acredita-se que, em meio a tanto desenvolvimento social e tecnológico, certas ações, que eram realizadas há alguns séculos, atualmente, não seriam realizadas. Mas, infelizmente, mesmo com tanto desenvolvimento e difusão do conhecimento, a sociedade ainda se limita a atitudes infundadas e arcaicas, causando transtornos, destruição, dores e até mortes das pessoas.

Ao referir a essas ações, me limito a atitudes de intolerância e preconceito religioso, que, ainda, são ações bem atuais no mundo contemporâneo, constituindo o cerne de grandes tragédias. Elas são as possíveis responsáveis por ações de violência nas mais diversas partes do mundo.

Atualmente, esses atos intolerantes têm se tornado cada vez mais frequentes, e estão cada vez mais agressivos, ocasionando mortes aos praticantes de determinada fé, sendo responsáveis por tragédias mundiais.

A intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais. Foi ela quem destruiu as culturas pré-colombianas e promoveu a inquisição e a caça às bruxas. Foi a intolerância religiosa que levou católicos e protestantes a se matarem mutuamente na Europa, ou hindus e muçumanos a fazerem o mesmo na Índia. Foi a intolerância que levou países a construir um sistema de apartheid ou a organizarem campos de concentração. Por trás de cada manifestação de barbárie que a humanidade revê a infelicidade de assistir e testemunhar, o que redundou em numerosos massacres e extermínios, esconde-se a intolerância como arquétipo e estrutura fundante. (Guimarães, 2004, p. 28)

O *corpus* de nossa pesquisa, se embasa na intolerância e preconceito religioso, direcionados a religiões de matrizes africanas. O que faz com que essas atitudes e ataques violentos atinjam esse grupo social específico?

“Quando se fala em intolerância religiosa, algumas vezes o foco da perseguição não é apenas a origem étnica dos praticantes ou a origem da crença, mas uma prática do sagrado alheio, que é considerada herética ou demoníaca por outro grupo” (Nogueira, 2020, p. 83), ou seja, esses praticantes se opõem aos dogmas ou preceitos estabelecidos pela igreja ou sociedade.

Na reportagem abaixo, pode-se evidenciar o quão tem sido crescente os ataques às religiões de matriz africana.



Direitos Humanos

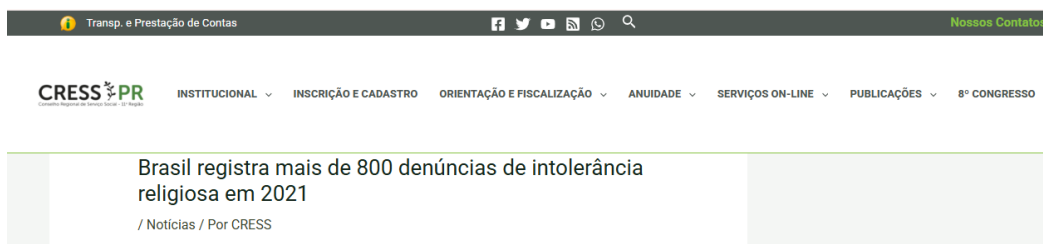
## Casos de ataques às religiões de matriz africana crescem 270%

Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/casos-de-ataques-religiosos-de-matriz-africana-crescem-acima-de-270>

Com tudo isso, é cada vez mais comum nos depararmos com atos de intolerância, e, infelizmente, ações cada vez mais violentas.

O Racismo Religioso vai muito além do que desqualificar uma crença. Ele é vil, danoso, porque sabota, ou pelo menos tenta sabotar, o que um povo tem de mais sagrado e escolheu pra sua fé, e no nosso caso vem acompanhado daquilo que é considerado marginal pelo racista. (Nogueira, 2020, p. 87)

O artigo abaixo mostra o quanto as denúncias têm aumentado, o que demonstra que os ataques, assim como os atos de intolerância, estão em um gráfico crescente. Diante disso, campanhas relacionadas ao combate às intolerâncias têm sido divulgadas para atenderem às vítimas de tais atos, assim como para encorajá-las a denunciar.



Disponível em: <https://cresspr.org.br/2022/01/21/brasil-registra-mais-de-800-denuncias-de-intolerancia-religiosa-em-2021/>

Essas lástimas ocorrem na atualidade, e tornou-se, cada vez mais, comum acompanhar em noticiários e em reportagens os recorrentes ataques insurgidos contra o racismo religioso.

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre a origem da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada a não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde de que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida. (Nogueira, 2020, p. 89)

Outro exemplo que evidencia o racismo religioso no Brasil, visto na matéria a seguir, em que a própria mãe de santo afirma que os ataques às crenças não configuram simples intolerância, mas, de fato, racismo religioso.

**Brasil de Fato**  
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

**Em 2021, foram feitas 571 denúncias de violação à liberdade de crença no Brasil**

Para mãe de santo Adna Santos, não se trata de intolerância apenas, e sim de um racismo religioso

Pedro Rafael Vilela  
Brasil de Fato | Brasília (DF) | 21 de janeiro de 2022 às 12:39

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/21/em-2021-foram-feitas-571-denuncias-de-violacao-a-liberdade-de-crenca-no-brasil>

“[...] os constantes ataques aos seguidores das religiões afro-brasileiras não se restringem apenas aos terreiros, mas também a espaços públicos, como praças, estações de metrô e ruas, configurando uma violência religiosa cotidiana”. (Nogueira, 2020, p. 69). Infelizmente, esses ataques de intolerância se evidenciam, principalmente, em espaços escolares, como está posto nas reportagens a seguir.



Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/06/adolescente-denuncia-ter-sofrido-intolerancia-religiosa-por-funcionarios-do-colegio-que-estuda-em-nova-iguacu.ghtml>



Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/02/09/aluna-de-colegio-estadual-de-caxias-denuncia-ter-sido-vitima-de-intolerancia-religiosa-no-retorno-as-aulas.ghtml>

Juntamente com as ações do medo, podemos acompanhar pelos noticiários de dois mil e vinte e um, nos quais se relata que vários terreiros (Ilê's) de matrizes africanas e umbandistas foram atacados e depredados por neopentecostais, religião que vem ganhando grande força em todo o território. Assim como inúmeras vidas foram sacrificadas por futilidade e/ou intolerância religiosa.

Somente por pertencerem a uma religião considerada errada, inúmeras pessoas desapareceram, foram assassinadas ou encarceradas indefinidamente. Muitos incidentes desse tipo, motivados por ódio religioso, mostram até que ponto a liberdade religiosa no mundo hoje é “um direito órfão”, um direito tênue, que pode ser violado por um poder maior. (Nogueira, 2020, P. 60 – 61)

Como já relatado no capítulo anterior, o que foge dos padrões eurocêntricos, desde o período colonial, é considerado anormal, e não é aceito pela sociedade. Como essas tradições não estão relacionadas ao cristão europeu, há uma inversão dessa cultura, situando-a à margem da sociedade, tornando-a como se fosse algo ilegal.

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica.

No cerne da noção de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio. (Nogueira, 2020, p. 35)

Analisando a reportagem abaixo, vemos o exemplo em tentar apartar as religiões afro, em prol de uma estigmatização desses povos. “Templos são invadidos e profanados. Em outros casos, há agressões verbais, destruição de imagens sacras e até ataques incendiários ou tentativas de homicídios”. (Nogueira, 2020, p. 68)



Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/em-nome-de-jesus-bandidos-destroem-terreiro-no-rio>

Essas ações estão enraizadas no processo de colonização do Brasil, este que deixou tatuada a ilusão de que o país é democrático e laico.

A expressão “intolerância religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas. (Nogueira, 2020, p. 39)

Em uma abordagem do Panorama Geral do Contexto de Racismo Religioso no Brasil, está exposto que:

Muito embora o Brasil prime pela laicidade do Estado, a partir da reforma constitucional de 1988, a manutenção de nichos de negociação com as religiões judaico-cristãs se intensificou no período entre setembro de 2021 e agosto/2023, intervalo temporal registrado por este documento. Elevaram-se os níveis de violência, morte e humilhações sofridos pelas/es/ os sacerdotes de matriz africana, com situações de racismo religioso, de constrangimentos ao direito à liberdade religiosa e direitos de cidadania, com ataques ao patrimônio material e à salvaguarda do patrimônio imaterial de espaços sagrados. (P.G.R.R.B., 2023, p. 4)

Nesse contexto, as abordagens podem ser perseguições violentas, de ódio, espancamentos e ou torturas, o que já ocorre desde a Idade Média, quando os primeiros cristãos foram perseguidos por judeus e romanos.

A violação do princípio de liberdade religiosa produz guerras, mata pessoas, exclui grupos, espalha ódio, separa, condena sem tribunal a alteridade e mantém os “intolerantes” no poder. Trata-se do poder de um discurso que, em verdade, acredita que todos devem ter a mesmas crenças. Talvez para facilitar o controle? (Nogueira, 2020, p. 40)

E, nessa tentativa de controle, vivenciamos, cada vez mais, ações de intolerância. Assim como, vemos o crescimento e fortalecimento de um sistema doutrinário e de poder.

O crescimento da violência contra adeptos e instituições religiosas de matriz africana acompanha o crescimento das igrejas neopentecostais no país. A disputa pelo público e pelo repertório das religiões de matriz africana amplia a capacidade de ataque das igrejas neopentecostais a essas religiões. Mas, o que de fato essas estratégias evidenciam é o fortalecimento de seu sistema doutrinário e de poder. (P.G.R.R.B., 2023, p. 5)




[Início](#)
[Opinião](#)
[Política](#)
[Direitos Humanos](#)
[Cultura](#)
[Geral](#)
[Saúde](#)
[Internacional](#)
[Especiais](#)
[Rádio](#)
[Podcast](#)

[INÍCIO > GERAL](#)

[RACISMO RELIGIOSO](#)

## Homem invade terreiro e destrói imagens de orixás no Distrito Federal

Autor do ato de intolerância estava armado com facão e se apresentou como pastor; ele foi preso pela Polícia

Pedro Rafael Vilela  
Brasil de Fato | Brasília (DF) | 24 de março de 2022 às 11:21

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/24/homem-invade-terreiro-e-destroi-imagens-de-orixas-no-distrito-federal>

Nesse sentido, temos a violação dos princípios que geram violência, assim como o preconceito é utilizado como forma de falta de reconhecimento, como uma postura social que determina o que é o padrão, assim como o “marcador de prestígio e poder”.

A recusa na aceitação do outro tal como é está intimamente ligada ao que chamamos de preconceito, ou seja, um conceito prévio sobre uma realidade conhecida apenas de modo superficial.

Todavia, ao contrário do que se pensa sobre o que se convencionou chamar de preconceito, isso não nasce de modo natural. Ninguém é naturalmente preconceituoso. Toda forma de preconceito emerge de uma postura social, histórica e cultural que pretende, a um só tempo, segregar para dominar e, proporcionalmente, determinar e manter um padrão, marcadores de prestígio e de poder. É por isso que atualmente há um uso estratégico de um marcador universal identificado pela sociedade como sinônimo de amor, idoneidade, honestidade, humanidade, caridade, equilíbrio, humildade. Trata-se de um marcador religioso que também exclui as outras religiões, pois esse traço semântico-cultural, no inconsciente coletivo das pessoas, diz respeito apenas às religiões que se servem da bíblia e de sua interpretação etnocêntrica [...] como perfeita e ideal para conduzir a vida de todos os seres humanos. (Nogueira, 2020, p. 41 - 42)

Devido a isso, é extremamente importante, mesmo diante do medo e das violências geradas, denunciar, pois só por meio das denúncias aos que cometem essas ações que poderão ser combatidos esses ataques.

MENU

g1

FANTÁSTICO

Q

BUSCAR

Brasil tem aumento de denúncias de intolerância religiosa; veja avanços e desafios no combate ao crime

O registro de denúncias feitas ao Disque 100 cresceu - sobretudo após 2021, um ano depois do início da pandemia da Covid-19. Entenda quais são os grupos perseguidos e o que tem sido feito para combater esses ataques.

Por Fantástico

21/01/2024 22h54 · Atualizado há um ano

Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/01/21/brasil-tem-aumento-de-denuncias-de-intolerancia-religiosa-veja-avancos-e-desafios-no-combate-ao-crime.ghtml>

Mesmo, com todas essas ações, esses crimes violentos permanecem, até hoje, contra as comunidades afro. “Porém a criminalização e a violência contra essas comunidades permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios, isto é, as suas formas de resistência e de auto-organização comunitária contra colonial” (Santos, 2015, p. 49).

Nesse contexto, a intolerância religiosa se conceitua no não reconhecimento das laicidades religiosas dos outros, o que pode resultar em perseguição religiosa, que é comum atualmente, que “podem referir-se a julgamentos parciais, prisões ilegais, espancamentos, torturas, execuções sumárias, negações dos direitos e da liberdade civil”. (Nogueira, 2020, p. 45).

Por um lado, a Constituição de 1988 garante a liberdade religiosa e que cada indivíduo pode professar a sua fé, oferecendo proteção aos templos e aos cultos que emanarem, porém, o que se percebe é um grande repúdio por parte da sociedade aos praticantes da fé africana.

Crescem as denúncias e casos de perda da guarda de crianças de terreiro, ameaçando mães e famílias em seus rituais e cotidiano religiosos. Em alguns territórios, áreas dos municípios de atuação das Organizações, soma-se o crescimento do crime organizado e o aumento da rivalidade entre grupos religiosos e políticos, determinando as dinâmicas sociais, as práticas religiosas e, por vezes, a retirada de comunidades religiosas de seu local de origem. (P.G.R.R.B., 2023, p. 4)

A intolerância religiosa no Brasil é oriunda de uma teoria de conhecimento de um sistema problemático no seu processo histórico, político, cultural, social e étnico-racial.

As ações que dão corpo a intolerância religiosa no Brasil empreendem uma luta contra saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência. São tentativas organizadas e sistematizadas de extinguir uma estrutura mítico-africana milenar que fala sobre modos de ser, de resistir e de lutar. (Nogueira, 2020, p. 55 - 56)

Assim, o racismo religioso atinge os que negam o poder normatizador de uma cultura cristã monoteísta.

A estabilidade do sistema sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social. entenda-se *absorver* como *normalizar*, no sentido de estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos. Em outras palavras é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam *sujeitos*, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências.

As sociedades não são homogêneas, visto que são marca os conflitos, antagonismo e contradições que não são eliminados, mas *absorvidos* e mantidos sobre controle por meios institucionais [...]. (Almeida, 2023, p. 38 – 39)

Na perspectiva de Almeida (2023), em que há a normalização de padrões que orientam as ações dos indivíduos, podemos utilizar como exemplo a entrevista feita com uma aluna do Ensino Fundamental II, de um colégio estadual da rede pública da cidade de Catalão. Segundo ela, é praticante do candomblé desde o seu nascimento. Em seu relato, ela expôs como ainda existe atos de discriminação e preconceito voltados às religiões de matrizes africanas. Trataremos a entrevistada por K, que tem 12 anos. Este pseudônimo foi utilizado com o intuito de preservação de sua identidade.

Após ter passado por um rito de passagem, em sua religião de origem, K sofreu intolerância religiosa enquanto estava no colégio que estudava. K relata que, no dia 15 de agosto do ano de 2022, por escolha própria, e consentimento de seus pais, passou pelos atos de iniciação candomblecista, chamado de santo. Neste ato, ela teve seus cabelos raspados, e, em consequência, os alunos ficaram fazendo ironias por esse motivo.

Quando eu fiz o santo, rasparam meu cabelo. Quando eu cheguei na escola minhas colegas ficaram rindo e me apontando. Na hora do recreio, eu ia sair para o recreio, mas a professora falou que era melhor eu ficar na sala durante esses dias, até o meu cabelo crescer, para eu não tomar sol na minha cabeça. (K em entrevista, Catalão, setembro de 2022)

Esses acontecimentos deixam em evidência o quanto há o preconceito por parte das pessoas, seja por falta de conhecimento, seja pela própria “normatização” social. A atitude das colegas, em ficarem rindo e apontando, por K ter raspado seu cabelo, mostra o quanto ainda as pessoas são desinformadas por acreditarem que, somente vale o que é imposto pela sociedade. Nesse quesito, também pode-se associar a atitude da professora idêntica à das colegas de K, no momento em que ela não consentiu que a aluna participasse do recreio, até que seu cabelo crescesse.

Por tudo isso que aconteceu, K contou a sua mãe o que ocorrera, e ela foi até ao colégio para conversar com a coordenação. Mas, antes de tudo isso, ela foi chamada para conversar com o coordenador e mais duas professoras, os quais a questionaram, se ela teria sido forçada a cortar seu cabelo.

Aí minha mãe foi na escola, e conversou com a coordenação. Mas antes o coordenador e duas professoras me perguntou se eu fui obrigada a cortar o cabelo dessa forma. Aí eu expliquei. (K em entrevista, Catalão, setembro de 2022)

Em uma segunda entrevista, temos o caso de P, de apenas 6 anos, aluno do Jardim II, de uma escola pública municipal, na cidade de Catalão. Os relatos foram feitos por sua mãe, visto que o menino ainda é muito pequeno para nível de entrevista. Sua mãe expôs que P havia lhe contado o seguinte acontecimento.

Na segunda-feira ele voltou a aula e a professora perguntou o que ele fez no fim de semana. Aí você sabe, criança é inocente, foi e contou que nós foi pro centro e disse que eu estava desenvolvendo lá. Aí a professora falou pra ele me falar pra eu não ir lá mais, que isso é coisa do diabo e que não é bom ficarmos indo nesses lugares. Aí ele veio me perguntar se nós fazíamos coisas erradas. (Mãe de P em entrevista, Catalão, junho de 2024)

Ambos os casos evidenciam o preconceito estrutural, visto que ambos aconteceram em instituições, o que mostra que todo o corpo escolar, assim como toda a sociedade, precisa se atualizar e parar de permitir que suas ações e seus comportamentos sejam inseridos em um conjunto de significados já previamente estabelecidos pelas estruturas sociais.

## **Caso II: Racismo Religioso através do olhar do Racismo Recreativo.**

“O racismo recreativo permite que pessoas brancas mantenham uma representação positiva de si mesmas ao encobrir a hostilidade racial por meio do artifício do humor” (Moreira, 2023, p. 150). É nesse olhar que analisaremos a entrevista do Caso II.

A terceira a ser entrevistada tem 12 anos, e é uma aluna do Ensino Fundamental II, de um colégio estadual da rede pública, da cidade de Catalão. Como seu pseudônimo, utilizaremos o S, para preservar sua identidade. Ela também é praticante do candomblé como religião, desde que nasceu, e, assim como K, no dia 15 de agosto do ano de 2022, por vontade própria, e com o consentimento de seus pais, decidiu passar pelos atos de iniciação candomblecista.

Ao ser indagada sobre como foi visto esse ato, perante os integrantes do terreiro, ela respondeu:

... Foi uma festa muito linda, todos me abraçaram, me senti acolhida. Agora e só cumprir com as obrigações durante os sete anos para receber meu cargo e continuar vivendo para isso. (S em entrevista, Catalão, setembro de 2022)

Esses elos de iniciação são representados por vestimentas, assessorios, e são carregados pela rua, escolas, lugares os quais frequentamos dia após dia. Esses laços que vão desde uma saia comprida, a uma correntinha em forma de cruz no pescoço, ou até mesmo a ficar careca, ou usar branco toda sexta-feira, compõem essas relações individuais com o sagrado.

“A religião é, portanto, parte do sistema de vida de um povo. Enquanto cultura, envolve não só a crença, mas também as condutas. Isso porque a noção de Cultura diz respeito ao conjunto de práticas sociais, o que inclui o reconhecimento da dimensão simbólica- significativa - das condutas. *Cultura é um conjunto de modos de fazer, interagir e representar desenvolvido pelo homem como uma solução ou resposta para a necessidade de sua vida em comum.*” (Macedo, 1989, p. 11)

Há religiões que colocam como ritual de iniciação, o batismo, este que tem como atuação diferentes formas, dependendo da religião. No catolicismo, quando os bebês nascem, os pais chamam um casal de amigos ou de parentes, para uma cerimônia em que a criança é apresentada no altar, e sua cabeça é lavada com água, em um local chamado de pia batismal. Logo, marcam o seu corpo com óleo santo, assim o consagrando com o sacramento do batismo. Na cerimônia dos evangélicos, apresentam-se os bebês em um altar, consagrando-os, e os apresentando a todos os presentes, que oram a Deus, pois o batismo propriamente dito só é concretizado quando o indivíduo tem maturidade e entendimento para escolher ser batizado.

No candomblé o processo iniciático acontece de forma longa e demorada. A criança ou adulto é recolhido por um certo tempo, no terreiro, período o qual irá passar por vários banhos de folhas, ebós (que são rituais em que são passados grãos no corpo da pessoa), assim como também são feitas oferendas à divindade, a qual ela está recolhida e que tem relação direta com sua vida. Em alguns casos, todo o cabelo da pessoa é raspado, sinalizando humildade e renascimento. Esses rituais mostram uma forma de controle social, em que regras e costumes passam a ditar a forma de agir em sociedade. Como explica Geertz:

... são principalmente os rituais mais elaborados e geralmente mais públicos que modelam a consciência espiritual de um povo, aqueles nos quais são reunidos, de um lado, uma gama mais ampla de disposições e motivações e, de outro, de concepções metafísicas. Utilizando um termo muito útil introduzido por Singer, podemos chamar essas cerimônias totais de "realizações culturais" e observar que elas representam não apenas o ponto no qual os aspectos posicionais e conceptuais da vida religiosa convergem para o crente, mas também o ponto no qual pode ser melhor examinada pelo observador a interação entre eles" (Geertz, 1989, p. 85)

Dessa forma, a religião mostra-se uma materialização individual, tanto física como teórica, não apenas crenças, mas também modelos para que pessoas se tornem adeptos dela. É nesses conflitos que os homens atingem sua fé, na medida em que se percebem envolvidos nela, tendo nos rituais uma forma de consagração, com a junção e fusão de físico e sagrado, configurando um sentido de fé.

[...] Qualquer que seja o papel que a intervenção divina possa ou não exercer na criação da fé — e não compete ao cientista manifestar-se sobre tais assuntos, de uma forma ou de outra — ele está, pelo menos basicamente, fora do contexto dos atos concretos de observância religiosa que a convicção religiosa faz emergir no plano humano. (Geertz, 1989, p. 83)

Dessa forma nota-se tamanha a importância da religião na vida humana, assim como essa é marcadora de ações, atos, fidelidade, fanatismo, preconceito e/ou conceito de certo ou errado para uma sociedade. Nisso, emergem as estigmatizações como atividades comuns para a manutenção do poder, ou seja, passa a surgir, então, reações negativas da sociedade em relação às características ou crenças que se desviam da norma ou do aceitável. Assim, se torna uma marcação simbólica, que origina o isolamento e/ou a desvalorização de uma pessoa ou de um determinado grupo.

Estigmatizar sempre foi um exercício comum para a manutenção de poder. Separar a identidade da alteridade, separar o correto do incorreto, o aceitável do inaceitável, o natural do anormal, o branco do preto, o gordo do magro, o sacralizado do profano. Essas ações eram (e ainda são) singularmente mais substanciais nos regimes teocráticos, em que o domínio da fé denota o domínio do poder. (Nogueira, 2020, p. 44)

Essas ações de estigmatização ficam evidente na fala de S, que, após ter passado pelos ritos religiosos de sua fé, no caso em questão, ter raspado o cabelo, quando ela retornou ao âmbito escolar, a entrevistada demonstrou desconforto com o assunto, e relatou que:

“Quando cheguei a escola minhas amigas de sala riam de mim, durante o recreio eu fiquei extremamente desconfortável fiquei isolada delas, elas riam e

apontavam os dedos para mim. Quando questionei elas, disseram que era por eu estar careca quando contei que era por motivo religioso, disseram que eu era do diabo. Algumas perguntaram se eu estava doente.” (S, em entrevista, Catalão, setembro de 2022)

A entrevistada vivenciou o processo de estigmatização na escola, pois sua prática foi considerada, por suas colegas, um desvio às normas, tendo sido isolada e desvalorizada, naquele momento.

O sentimento de desconforto em S também se deu pelo fato de as colegas a demonizarem, dizendo que ela pertenceria ao demônio. Ao afirmarem que S era do diabo, fica evidente o impacto que o senso comum origina socialmente, fazendo com que a sociedade articule uma única religião como a correta, e, com isso, percebe-se que há “uma imposição por meio da criação de um inimigo comum sempre associado às tradições de origem africana no Brasil” (Nogueira, 2020, p. 26).

É interessante notar que tudo que o que se relaciona ao politeísmo, causa estranhamento, já, ao contrário, tudo que está relacionado aos estereótipos cristãos, são comuns e encontrados nas mais diversas repartições públicas. Isso vem a evidenciar que o Estado, talvez, não seja tão laico, e priorize uma única fé.

É quase impensável uma repartição pública sem uma bíblia e um crucifixo. Ao chegar a uma delegacia, fórum, hospital, presídio, escola e demais repartições públicas, é quase impossível não ser recebido por um símbolo cristão, a dizer que o Estado não é laico e que você precisa se submeter a uma fé hegemônica. (Nogueira, 2020, p. 29)

Entretanto, é importante notar que, além da estigmatização, há, também, um certo humor em meio ao discurso. “O humor é um meio a partir do qual as pessoas podem expressar sentimentos de superioridade em relação a outra que são vistas como inferiores que estejam em situação ridículas por causa de sua suposta inferioridade moral”. (Moreira, 2023, p. 150). Algumas vezes os atos de intolerância religiosa não refletem apenas o fato em si, mas uma cultura amplamente disseminada, em que o sagrado alheio é considerado demoníaco, e, muitas vezes, perpetuado.

Já o racismo recreativo adquire forma, quando o outro produz zombaria sobre algo que está diretamente relacionado com uma minoria, que, em algum momento, passou por um fato discriminatório ou repressivo.

Piadas racistas só adquirem sentido dentro de uma situação marcada pela opressão e pela discriminação racial; sempre temos a presença de pessoas que

são minorias raciais ou que são identificadas por serem membros desses grupos. A violência, o desprezo e a condescendência são partes integrantes dessas piadas. (Moreira, 2023, p. 81)

Questionei a S, se ela tinha falado com alguns adultos sobre o acontecimento (diretora, professora, coordenação).

Eu falei para minha mãe, e ela reclamou na coordenação. (S em entrevista, Catalão, setembro de 2022)

Dessa forma, S se sentiu oprimida, e com medo de enfrentar tal situação, medo esse configurado já no intuito que ela não seria compreendida em uma cultura cristã, e que visualizam o demoníaco na fé afrodescendente. Isso é o que afirma Moreira.

[...] o indivíduo faz todo o possível para evitar as situações que provocaram estresse emocional, o que torna a vida em sociedade uma fonte de ameaça constante. Essas pessoas podem desenvolver um sentimento de desconfiança permanente em relação a membros dos grupos dominantes, algo muito grave, uma vez que ela está em contato com eles todo o tempo [...]. (Moreira, 2023, p. 173 - 174)

Logo, perguntei a mãe de S, se ela apresentou alguma mudança de comportamento?

Ela ficou triste, não queria ir à escola, aconteceu que ela arrumou trabalho, sendo necessário mudar ela de horário e passou a estudar a noite. (Mãe de S em entrevista, Catalão, setembro de 2022)

Esses acontecimentos, muitas vezes, remetem a mensagens que colocam esses fatores em evidência. Uma pessoa, seja por motivos religiosos, ou por preconceito, passando por tais situações, podem sofrer danos psicológicos, como ansiedade, depressão, medo, desânimo, e demais doenças psicológicas, que estão em destaque em nossa atualidade. Sendo que:

A consciência de que nunca serão respeitados compromete seriamente o desenvolvimento psicológico. As pessoas podem responder a estereótipos racistas de forma agressiva ou então passiva, sendo que nos dois casos os danos psicológicos são significativos. (Moreira, 2023, p.174)

Ainda pergunto a mãe de S: qual foi a resposta que eles deram para a senhora, quando questionou sobre os atos cometidos pelos alunos contra a S:

O coordenador falou que iria conversar com os alunos, pois esses atos de brincadeira ofensivas não poderiam acontecer. (Mãe de S, em entrevista, Catalão, setembro de 2022)

A Mãe de S, ao trazer à tona a fala do coordenador, auxilia-nos perceber que as instituições devem manter a sua neutralidade, uma vez que não cabe a elas limitarem quais serão os assuntos que serão abordados socialmente. Mas essa postura pode ser uma ação conflituosa, pois é, a partir desses vários discursos, principalmente, os que ocorrem no âmbito escolar, que se originam as violências e os racismos religiosos que diversos alunos vivenciam.

Os defensores dessa perspectiva acreditam que as instituições estatais devem ter uma postura neutra sob esse tema porque não cabe a elas restringir o conteúdo discursivo sociais. Essa postura mostra-se particularmente problemática quando é defendida em uma sociedade que construiu uma narrativa social baseada na noção de neutralidade racial. Ela permite que o discurso de ódio seja classificado como uma mera grosseria o que contribui para a marginalização cultural das minorias raciais. (Moreira, 2023, p. 175)

Isso posto, encontramos o etnocentrismo, ou seja, a visão de mundo que considera que apenas o seu grupo étnico-religioso, na sociedade, é mais importante em relação aos demais grupos. E é, a partir da negação do Outro, que assistimos, ao longo dos séculos, a profanação da liberdade religiosa.

Ninguém negará que o reconhecimento do Outro como seu semelhante ou como um igual sempre foi um problema; renegar o Outro é de certa forma afirmar a própria identidade a partir dessa negação. Por conta da negação da religião e da cultura do outro, a humanidade assistiu, no decorrer de sua história, a violações frequentes à chamada liberdade religiosa. (Nogueira, 2020, p. 43)

O autor ainda nos relata que faz parte da história da humanidade os confrontos religiosos, e que esses fluxos configuram, tanto povos quanto territórios, e poder político. E que,

[...] essas instituições sempre foram uma presença forte e constante cujas ações interferiram nas relações sociais. Como as instituições religiosas desempenham funções hermenêuticas no interior das culturas, a verdade revelada pela religião adotada por determinada cultura é considerada por seus seguidores uma verdade universal [...]. (Nogueira, 2020, p. 45)

Além das instituições religiosas influenciarem nas culturas sociais, evidencia-se que todos esses fatores foram contribuintes para a formação da consciência e tradições de

um povo. Logo, essas experiências fomentam e, intimamente, se conectam pelas experiências vividas no seu meio social.

A formação da nossa consciência moral está diretamente relacionada à nossa experiência na vida em sociedade motivo pelo qual regras de civilidade permitem que os grupos humanos possam ter uma reputação positiva. Elas não são meras normas de cordialidade, mas mandamentos que nos permitem reconhecer as outras pessoas como pessoas que são merecedoras de apreço social. Mais do que normas que permitem a cooperação cotidiana entre pessoas, as regras civilidade têm uma função bem mais relevante para a sociedade: a formação de um tipo de unidade baseada na ideia de que todos os seres humanos podem atuar de forma competente na esfera pública. O discurso de ódio compromete essa dimensão política da civilidade porque reproduz concepções de que apenas certas pessoas podem ser merecedoras como seres humanos. (Moreira, 2023, p. 176 - 177)

Portanto, as experiências de vida social estão intimamente ligadas ao processo de formação de nossa consciência.

Acredita-se que apenas com abordagem de pensamento, e com ações que valorizam a centralidade africana, como os seus costumes, suas culturas e suas expressões religiosas, é que será possível romper com os padrões eurocêntricos.

Só a afrocentricidade pode criar uma epistemologia capaz de romper com os obstáculos criados pelos padrões eurocêntricos. A afrocentricidade pretende assegurar o papel central do sujeito africano dentro do próprio contexto histórico africano, por conseguinte, removendo a Europa do centro da realidade africana. Desse modo, a afrocentricidade promove uma ideia revolucionária porque estuda ideias, conceitos, eventos, personalidades e processos políticos e econômicos de um ponto de vista do povo negro como sujeito, e não como objeto, baseando todo o conhecimento produzido na autêntica interrogação sobre a origem-localização. (Nogueira, 2020, p. 127)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da hipótese de que, para a construção de um universo social extinto de atos de racismo e intolerância religiosa, alijado do apagamento das culturas afrodescendentes, torna-se necessário utilizar de algumas ações, dentre elas, a introdução de conteúdos relacionados a essas religiões no cotidiano escolar. Assim como colocar em prática as regulamentações da grade curricular de ensino, que ampara o trabalho e a ministração de disciplinas voltadas às religiões e à cultura de matrizes africanas no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, abordamos o tema alinhavado em quatro eixos: a sociedade como influenciadora/mantenedora de preconceito e/ou violência em relação às religiões afrodescendentes; utilização do espaço educacional como o fomentador do desenvolvimento psicossocial do ser humano; as narrativas orais como fomentadoras do medo, principalmente, quando relacionadas às culturas de matrizes africanas, assim como a moldagem das articulações sociais e apagamento histórico dessas culturas.

Inicialmente, abordamos como o indivíduo e a sociedade são influenciados a exercerem práticas de preconceitos e/ou violência frente aos praticantes das religiões afrodescendentes, a partir de conhecimentos enraizados na cultura sociedade, que foram repassados por muitos séculos, e que se refletem na atualidade.

Explanamos, também, como o âmbito educacional é crucial para o desenvolvimento psicossocial do ser humano, deixando em evidência como essas vozes que permeiam o espaço escolar e experiências de aprendizado vividos em sala de aula servem como reflexo às diversas atitudes e comportamentos do indivíduo.

Além disso, apontamos como o mito serve como fomentador do medo frente às culturas africanas e suas práticas religiosas, e, ainda, como evidenciamos como articulações sociais implicaram no apagamento histórico de toda uma cultura afro, tudo pautado em uma cultura estigmatizada e eurocêntrica.

Logo, percebemos que, a partir dos estudos de casos, ficaram evidentes as ações praticadas de racismo e intolerância religiosa que se materializam nas mais diversas ações e espaços, e, infelizmente, ainda, nas instituições educacionais. Esses atos se concretizam em ataques sempre violentos aos grupos que manifestam a fé afrodescendente. O que

constatamos nas entrevistas e reportagens apresentadas ao longo do *corpus* do nosso trabalho.

Dessa forma, estas práticas educacionais virão a minimizar essas ações de intolerâncias, visto que, quanto mais cedo essas questões forem introduzidas, maior será a chance de se formar indivíduos que não terão atitudes de racismo religioso. Sabemos que é uma ação com resposta em longo prazo, mas o importante é que o quanto antes todas essas ações forem plantadas, mais rápido será obtida a colheita de seus frutos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**: feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2023. 256 p.
- BARROS, Sullivan Charles. **Brasil Imaginário**: umbanda e sociedade brasileira. Curitiba: CRV, 2022. 306 p.
- BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**; rito nagô. Companhia das letras. 2001. São Paulo.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. Cortez. 4 Ed. 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fronteiras da fé – Alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil hoje. In: **Estudos Avançados 52; Dossiê Religiões no Brasil**. USP. Instituto de Estudo Avançados. Vol,1, nº1. 1987, São Paulo: IEA, 1987. 2004. p. 261 - 288.
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. **Kardecismo e Umbanda**; uma interpretação Sociológica. 1961. Ed; Pioneira. Editora São Paulo.
- CRUZ, Marcelo Silvério da. **Mitos** – Suas origens e sua importância para o homem contemporâneo. 2014. Juiz de Fora. Disponível em: <https://jadirantunes.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/12/marcelo-s-da-cruz-mitos-origem-e-importancia.pdf>. Acesso em 20 jan. 2024
- CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: **Usos & Abusos da História oral** – 8. ed – Rio de Janeiro: FVG, 2006. p. 149 – 164.
- DILLMANN, Mauro. KATIRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. **História & religiosidade no Brasil**: a produção de um campo a partir de narrativas de historiadores. Org. III. Título IV. Editora CRV Ltda. 2017.
- FIKER, Raul. **Do mito original ao mito ideológico**: alguns percursos. Trans/ Form/ Ação, São Paulo, 7:9-19, 1 984. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/wYDk9yCyf7s9TLm64nHTZ9v/?format=pdf&lang=pt>
- FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**: anos iniciais do ensino fundamental. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 296 p.
- FURTADO, Júnia Ferreira (org.). História e Religiosidade: uma vertente de pesquisa. **História & Religiosidade no Brasil**: a produção de um campo a partir de narrativas de historiadores, Curitiba, p. 41-57, 2017.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2022. 323 p.
- GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. In: **Estudos Avançados 52; Dossiê Religiões no Brasil**. USP. Instituto de Estudo Avançados. Vol,1, nº1. 1987, São Paulo: IEA, 1987. 2004. p. 47– 62.

ISAIA, Arthur Cesar. **Orixás e Espíritos**; o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea. Ed. EDUFU. 2006.

JACOB, *et al.* Cesar Romero. A Diversificação Religiosa. In: **Estudos Avançados 52; Dossiê Religiões no Brasil**. USP. Instituto de Estudo Avançados. Vol,1, nº1. 1987, São Paulo: IEA, 1987. 2004. p. 9 – 16.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

LARA, T. A. Mito. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 53–58, 2009. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v1n1a1986-2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/2021>. Acesso em: 27 fev. 2025.

LIMA, Tania. **Sincretismo religioso; O ritual afro**. Ed. Massangana. 1996. Volume 4.

LODY, Raul. **Candoblé**: religião e resistência cultural. São Paulo: Ática, 1987. 88 p. (Princípios).

MACEDO, Carmem Cinira. **Imagem do Eterno**: religiões no brasil. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1989.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. A Experiência Religiosa e a institucionalização da religião. In: **Estudos Avançados 52; Dossiê Religiões no Brasil**. USP. Instituto de Estudo Avançados. Vol,1, nº1. 1987, São Paulo: IEA, 1987. 2004. p. 29 – 46.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**: feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2023. 232 p.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**: feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2020. 160 p.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**; umbanda e sociedade brasileira. Editora brasiliense, 1988.

PRANDI, Reginaldo. As Religiões Negras do Brasil: para uma sociedade dos cultos afro-brasileiros. **Povo Negro: Revista USP**, São Paulo, p. 64-83, 1996. Trimestral.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do axé**; Sociologia das religiões afro-brasileiras. HUCITEC, São Paulo, 1996.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil como axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. In: **Estudos Avançados 52; Dossiê Religiões no Brasil**. USP. Instituto de Estudo Avançados. Vol,1, nº1. 1987, São Paulo: IEA, 1987. 2004. p. 223 - 238.

PATY, Michel. **A ciência e as idas e voltas do senso comum**. Scietiae studia, Paris, v.1, nº 1, p. 9-26, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S167831662003000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S167831662003000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 18 set. 2024.

RIOS, Edira Rabello Girão; FRANCHI, Kristiane Mesquita Barros; SILVA, Raimunda Magalhães da; COSTA, Nhandejara de Carvalho. Senso comum, ciência e filosofia - elo dos saberes necessários à promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Fortaleza,

p.501-509, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S141381232007000200026&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141381232007000200026&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 abr. 2012

RIOS, Ediara Rabello Girão; FRANCH, Kristiane Mesquita Barros; SILVA, Raimunda Magalhães da; AMORIM, Rosendo Freitas de; NHANDEYJARA. Senso comum, ciência e filosofia -: elos necessários para a promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Fortaleza, p. 501-509, 0 Não é um mês valido! 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63012223.pdf>. Acesso em: 09 set. 2004.

RUSEN, Jorn. **Cultura Faz Sentido**: orientações entre o ontem e amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 362 p.

RUSEN, Jorn. **História Viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UNB, 2007. 160 p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: Ws, 2015. 149 p.

SANTOS, Maria José dos. **A Noção do Medo Frente às Manifestações Religiosas Afro-Brasileira**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Recife, 2009. Cap. 3. Disponível em: [http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/890/2/dissertacao\\_maria\\_jose.pdf](http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/890/2/dissertacao_maria_jose.pdf). Acesso em: 10 ago. 2024.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SELEPRIN, Maiquel José. O mito na sociedade atual. Paraná: s/e, 2010. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Artigos/O\\_mito\\_na\\_sociedade\\_atual.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/O_mito_na_sociedade_atual.pdf). Acesso em: 05 maio. 2024.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 544 p.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 264 p.

VELHO, Otávio. **Besta-Fera**: recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 250 p.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para Além do Campo Educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: Edusf, 2002. (Historiografia).